

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 18

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

"Vou governar para todos e todas" 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Ministros são empossados no Planalto 5

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Veja tudo o que muda com o salário mínimo de R\$ 1.320 (Governo Lula) 7

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"O Brasil ganha fôlego", afirma Pacheco na posse 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Responsabilidade fiscal e políticas sociais (Artigo) 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula defende atuação do Estado na economia e fala em nova lei trabalhista 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad assume com missão de fazer economia voltar a crescer 16

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

O Brasil é um país de oportunidades (Editorial) 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco defende reforma tributária, ignorada por Lula 20

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Promessa é de desenvolvimentismo com responsabilidade, mas falta dizer como 22

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco cita democracia e sinaliza por reformas 23

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desafios de Lula: No Legislativo, pauta econômica e ambiental com rumos distintos
..... 24

PORTAL UOL - COTIDIANO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo Lula: os 100 primeiros dias são essenciais para o novo governo 25

VALOR ONLINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Uma outra guerra fiscal 28

VALOR ONLINE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

| | |
|---|----|
| O que os discursos sinalizam para o futuro | 29 |
| CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS "Revogação" como 1º ato do novo governo | 32 |
| FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Lula manda equipe retirar as estatais do programa de privatização | 34 |
| FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Lula assina medida provisória para prorrogar a desoneração de tributos sobre combustíveis | 36 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Representantes da sociedade passam a faixa presidencial | 37 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Definições sobre ITBI e IPTU na compra de imóvel ficam para 2023 | 39 |
| CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Lula critica teto e Pacheco cobra regra | 41 |
| FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA Estado interventor é principal ressalva de economistas | 43 |
| O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR ECONOMIA "2023 pode ser o ano do fundo de crédito privado" | 45 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA Política monetária em 2023 (Artigo) | 47 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE ECONOMIA Bitcoin contraria entusiastas e inicia 2023 sem previsão de alta | 49 |

"Vou governar para todos e todas"



Já com a faixa presidencial e ao lado da esposa, Janja, responsável pela organização da posse, Lula acena ao povo



Lula recebe a faixa presidencial das mãos de Aline Sousa, catadora de materiais recicláveis, representando o povo brasileiro

Guilherme Peixoto e Vinícius Prates

Vinte anos após subir a rampa do Palácio do Planalto pela primeira vez como presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) repetiu o gesto ontem. Sob sol forte, ele percorreu o trajeto ladeado por uma comissão de oito representantes do povo brasileiro. De mãos em mãos, coube ao grupo a tarefa de entregar, a Lula, a faixa presidencial que coroou o rito de posse iniciado em solenidade no Congresso Nacional. Ao lado do vice Geraldo Alckmin (PSB), de sua esposa, Lu Alckmin, e da primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, Lula prometeu "governar para todos e todas", pregou a construção de uma "frente ampla contra a desigualdade" e listou o combate à fome como prioridade de seu terceiro mandato. A fala foi ao encontro do que o petista já havia dito na sede do Legislativo, quando ressaltou a importância da ampla coalizão eleitoral que o sustentou - formada por 10 partidos no primeiro turno e engrossada por outras legendas e setores sociais no segundo turno. Sem

citar nominalmente o antecessor Jair Bolsonaro (PL) em nenhum dos dois momentos do rito de posse, o petista chamou a gestão do ex-presidente de "governo de destruição nacional", falou em "genocídio" e listou "esperança", "solidariedade" e "amor ao próximo" como pontos-chave para a reconstrução de bases sociais.

No Congresso, Lula falou por meia hora e adotou tom formal, intercalando trechos do discurso com saudações protocolares aos presentes, chamados por ele de "senhoras e senhores". Os 27 minutos de discurso no parlatório do Planalto, porém, fizeram lembrar a postura do presidente nos palanques em que subiu durante a campanha eleitoral. Prova disso é que se referiu à multidão por meio de expressões como "meus companheiros" e "minhas amigas".

Ao reivindicar união nacional, o novo chefe do Executivo disse que o combate às mazelas precisa ultrapassar os muros dos prédios governamentais. "É urgente e necessária a formação de uma frente ampla contra a desigualdade, que envolva a sociedade como um todo: trabalhadores, empresários, artistas, intelectuais, governadores, prefeitos, deputados, senadores, sindicatos, movimentos sociais, associações de classe, **servidores públicos**, profissionais liberais, líderes religiosos, cidadãos e cidadãs comuns", pediu, já com a faixa presidencial verde e amarela decorando um terno em tons de azul.

Lula relembrou o que chamou de "legado" do PT e refutou deixar se guiar pelo "saudosismo", mas protestou contra os governos que sucederam o partido de 2016 para cá. Ele chamou ao impeachment da correligionária Dilma Rousseff de "golpe" e, então, passou a listar números associados ao governo Bolsonaro, como os quase 700 mil mortos por COVID-19 e as 33 milhões de pessoas que, segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan), passam fome no país. "O que o povo brasileiro sofreu nestes últimos anos foi a lenta e progressiva construção de um genocídio", criticou.

REPÚDIO No parlatório, Lula fez interrupções para beber água. Ao lado dele, Janja passava as páginas do discurso. Em meio a um dos silêncios provocados pela pausa para a hidratação, o mar vermelho de pessoas com roupas nas cores do PT aproveitou para reivindicar que o novo presidente não anistie integrantes do governo Bolsonaro pela postura ante a pandemia. A paleta de cores da festa teve, também, o

verde e amarelo. Isso porque uma gigante bandeira brasileira foi desfraldada no meio da multidão.

Embora não tenha respondido o pedido dos apoiadores contrários a um eventual perdão, Lula repudiou a condução do combate ao coronavírus. "Quero aproveitar para fazer um agradecimento especial aos profissionais do SUS, pela grandiosidade do trabalho durante a pandemia Enfrentaram bravamente, ao mesmo tempo, um vírus letal e um governo irresponsável e desumano", pontuou, depois de listar políticas de saúde pública implantadas pelo PT Antes, no Congresso, ele já havia afirmado que a administração federal vai apurar as responsabilidades pelos óbitos e prometido que não haverá impunidade.

"JUNTOS, SOMOS FORTES" Ao garantir que vai governar pensando em todos os setores da sociedade brasileira, Lula disse vislumbrar um "luminoso futuro" ao país. Por isso, segundo ele, não é preciso se apegar a um "passado de divisão e intolerância". "A ninguém interessa um país em permanente pé de guerra, ou uma família vivendo em desarmonia. É hora de rearmos os laços com amigos e familiares, rompidos pelo discurso de ódio e pela disseminação de tantas mentiras. O povo brasileiro rejeita a violência de uma pequena minoria radicalizada que se recusa a viver num regime democrático", defendeu.

O presidente recorreu ao discurso que fez após a vitória eleitoral de 30 de outubro e reiterou que não existem "dois Brasis". "Juntos, somos fortes. Divididos, seremos sempre o país do futuro que nunca chega, e que vive em dívida permanente com o seu povo. Se queremos construir hoje o nosso futuro, se queremos viver num país plenamente desenvolvido para todos e todas, não pode haver lugar para tanta desigualdade", assinalou.

Depois de ser apresentado como presidente da República à multidão na porta do Planalto, Lula se dirigiu a uma área reservada do palácio para receber cumprimentos de lideranças internacionais que viajaram ao país no primeiro dia do ano. Entre um aperto de mão e outro, o petista limpava, com um pano, o evidente suor no rosto. Atrás dele, a nova logomarca do governo federal, que tem como lema a expressão "união e reconstrução". Ministros de Estado, como o mineiro Alexandre Silveira (PSD), nomeado para a pasta de Minas e Energia, tomaram posse após o momento com os representantes de outras nações.

Do lado de fora, a festa da militância petista e de outros partidos à esquerda seguiu. O "Festival do Futuro", que reuniu artistas de diversas vertentes em Brasília, começou pela manhã e seguiu até o início da madrugada de hoje. Entre as atrações, estiveram a

cantora Pablo Vittar, a ministra da Cultura, Margareth Menezes, e a sambista mineira Aline Calixto.

Faixa entregue por representantes do povo brasileiro

À frente, a cadela Resistência, adotada por Lula e Janja quando o presidente estava preso na carceragem da Polícia Federal, em Curitiba (PR). Atrás, mas lado a lado, a primeira-dama, o presidente, Alckmin e a esposa, Maria Lúcia. A presença de um pet na protocolar subida da rampa do Planalto já seria suficiente para dar ares de ineditismo à cena. A participação de oito representantes da sociedade civil, contudo, marcou ainda mais o momento. Indígenas, mulheres, negros, operários, crianças e pessoas com deficiência foram representados.

Com Bolsonaro em Miami, nos Estados Unidos, e o entendimento do ex-vice, Hamilton Mourão (Republicanos), de que não poderia ser o responsável por entregar a faixa a Lula, a responsabilidade foi repassada a uma mulher negra. Aos 33 anos e com tranças decorando o cabelo, a catadora de materiais recicláveis Aline Sousa colocou o adereço no peito do presidente. Depois, deu um abraço e um beijo na testa dele.

Antes de Aline, a faixa foi carregada pelo cacique kayapó Raoni Metuktire, que chegou a ser publicamente criticado por Bolsonaro. A honra foi estendida a Wesley Viesba Rodrigues Rocha, metalúrgico no ABC paulista, à cozinheira Jucimara dos Santos e ao professor Murilo Quadros. O jovem nordestino Ivan Baron, referência na causa anti-capacitista, o artesão Flávio Pereira e o menino Francisco Carlos Silva, de 10 anos, também participaram do momento.

"O que o povo brasileiro sofreu nestes últimos anos foi a lenta e progressiva construção de um genocídio"

A ninguém interessa um país em permanente pé de guerra, ou uma família vivendo em desarmonia. É hora de rearmos os laços com amigos e familiares, rompidos pelo discurso de ódio e pela disseminação de tantas mentiras

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/02/01/2023/p1>

Ministros são empossados no Planalto



INGRID SOARES

Após solenidade de posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva empossou 37 ministros que comporão a nova Esplanada dos Ministérios de seu governo. Na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) foram 23 pastas. Em uma quebra de protocolo, a ministra dos Povos Indígenas Sonia Guajajara foi a primeira a assinar o documento.

Na Ordem de Procedência, que tradicionalmente aponta a sequência das posses dos dirigentes, o primeiro a ser oficializado costuma ser o chefe da Casa Civil. O ato ocorreu ontem (1) no Palácio do Planalto, depois do petista ter recebido os cumprimentos dos chefes de Estado. O chamado primeiro escalão de Lula terá a participação de nove partidos políticos, entre eles MDB, PSD e União Brasil. Os últimos 16 nomes foram anunciados por Lula em 26 de dezembro.

Durante a cerimônia, cada indicado foi chamado individualmente para assinar o termo de posse. Apesar do evento geral, cada ministro terá uma cerimônia individual ao longo da semana. A expectativa é de que pelo menos 16 ministros sejam empossados hoje. Na lista, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o ministro da Educação, Camilo Santana, a ministra da Saúde, Nísia Trindade e o ministro da Justiça, Flávio Dino.

A cerimônia do ministro da Casa Civil, Rui Costa, está prevista para às 10h30, no Palácio do Planalto. Às 14h, será a vez do ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência, Alexandre Padilha. No final da tarde, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo, assumiu oficialmente o cargo. A sequência será encerrada às 18h30, com a posse da ministra da Cultura, Margareth Menezes, no Setor Cultural Sul.

Mulheres

Cumprindo com o compromisso de campanha, Lula nomeou 11 ministras mulheres. Entre elas, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, que foi senadora pelo Mato Grosso do Sul entre 2015 e 2022. No ano passado, ela se candidatou à presidência da República e ficou em terceiro lugar no primeiro turno. Já no segundo turno, apoiou o presidente Lula.

A ministra dos Povos Indígenas Sônia Guajajara é reconhecida pela luta em defesa dos direitos dos povos indígenas, territórios e causas socioambientais. Ela é de origem do povo Guajajara Tentehar, que habita nas matas da Terra Indígena Araribóia, no Maranhão. Fez parte da Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (Coapima), da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e atuou como coordenadora executiva da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil).

A ministra da Igualdade Racial é Anielle Franco, irmã da vereadora carioca Marielle Franco, assassinada em 2018. Ela dirige o Instituto Marielle Franco, fundado após o homicídio da irmã. Em 2021, deu início ao projeto Escola Marielles para formação política de meninas e mulheres negras, periféricas e LGBTQIA. Nascida na comunidade carioca da Maré, formou-se em jornalismo pela Universidade do Estado da Carolina do Norte, nos EUA, e em inglês e literatura pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Veja abaixo a relação dos empossados ontem:

Povos Indígenas: Sônia Guajajara (PSOL) Casa Civil: Rui Costa (PT) Fazenda: Fernando Haddad (PT) Justiça: Flávio Dino (PSB) Defesa: José Múcio Monteiro Relações Exteriores: Mauro Vieira Relações Institucionais: Alexandre Padilha (PT) Secretaria-Geral: Márcio Macêdo (PT) Advocacia-Geral da União: Jorge Messias Saúde: Nísia Trindade Educação: Camilo Santana (PT) Gestão: Esther Dweck Portos e Aeroportos: Márcio França (PSB) Ciência e Tecnologia: Luciana Santos (PCdoB) Mulheres: Cida Gonçalves (PT) Desenvolvimento Social: Wellington Dias (PT) Cultura: Margareth Menezes Trabalho: Luiz Marinho (PT) Igualdade Racial: Anielle Franco Direitos Humanos: Silvío Almeida Indústria e Comércio: Geraldo Alckmin (PSB) Controladoria-Geral da União: Vinícius Marques de Carvalho Planejamento: Simone Tebet (MDB) Meio Ambiente: Marina Silva (Rede) Esportes: Ana Moser Integração e Desenvolvimento

Regional: Waldez Góes (PDT) Agricultura: Carlos Fávoro (PSD) Secretaria de Comunicação Social: Paulo Pimenta (PT) **Previdência Social**: Carlos Lupi, presidente do PDT Pesca: André de Paula (PSD) Gabinete de Segurança Institucional: general da reserva Marco Edson Gonçalves Dias Cidades: Jader Filho (MDB) Turismo: Daniela Carneiro (União Brasil) Minas e Energia: Alexandre Silveira (PSD) Transportes: Renan Filho (MDB) Comunicações: Juscelino Filho (União Brasil) Desenvolvimento Agrário: Paulo Teixeira (PT)

Veja tudo o que muda com o salário mínimo de R\$ 1.320 (Governo Lula)

Ana Paula Branco

O governo federal atualizou o novo salário mínimo de 2023 para R\$ 1.320. O valor representa um aumento real de 2,7% da proposta feita pelo governo Jair Bolsonaro (PL), que previa um mínimo de R\$ 1.302, sem aumento real pelo quarto ano seguido.

A atualização mudará o valor e o cálculo de benefícios previdenciários, sociais e trabalhistas de milhões de brasileiros.

O piso nacional é o valor mínimo pago pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) para aposentadorias, pensões por morte e auxílios-doença. A partir do benefício referente a janeiro, portanto, os segurados que recebem R\$ 1.212 passarão a receber R\$ 1.320.

O BPC (Benefício de Prestação Continuada), concedido a idosos a partir de 65 anos e pessoas com deficiência de baixa renda, também será reajustado para o mesmo valor.

O **INSS** começará a pagar aposentadorias, pensões e auxílios-doença com o novo piso entre os dias 25 de janeiro e 7 de fevereiro de 2023, seguindo o novo calendário de pagamentos.

O novo piso nacional também altera o limite usado pela Justiça para pagar atrasados do **INSS** mais rapidamente a quem ganhou um processo judicial de concessão ou de revisão de benefício. Atualmente, o valor máximo que se pode receber por meio de RPVs (Requisições de Pequeno Valor) é R\$ 72.720, o correspondente a 60 salários mínimos. Em 2023, esse limite subirá para R\$ 79.200.

Têm direito aos atrasados segurados que iniciaram ações de revisão de benefício em Juizados Especiais Federais. Quem entra com ação em um juizado abre mão de eventuais quantias superiores ao limite de 60 salários mínimos.

Revisões e concessões com valores acima de 60 salários mínimos continuarão a ser pagas pela Justiça por meio de precatórios, liberados em lotes anuais.

São devidos atrasados de até cinco anos anteriores ao pedido de revisão, mais o tempo de espera até

receber o aumento, se houver direito.

As contribuições ao **INSS** também mudarão para os segurados que contribuem pelo piso nacional. Pagamentos feitos a partir de fevereiro, referentes à competência de janeiro, passam a ser calculados sobre o novo salário mínimo.

Segurados que contribuem como facultativos ou autônomos sobre o piso terão novos valores, seja pela alíquota de 11% ou de 20%, também a partir da competência de janeiro.

A contribuição de 11% do piso de autônomos que prestam serviços a pessoas físicas e contribuintes facultativos, que hoje é de R\$ 133,32, subirá para R\$ 145,20.

Contribuições ao **INSS** feitas sobre o piso, mas com a alíquota de 20%, passarão de R\$ 242,40 para R\$ 264.

As donas de casa de baixa renda, por exemplo, contribuem com 5% do salário mínimo por mês. Em 2022, esse valor foi de R\$ 60,60 -no ano que vem, será de R\$ 66. Já os que têm registro como MEI (Microempreendedor Individual) podem ter que pagar valores diferentes, de acordo com a atividade exercida.

A base também é 5% do salário mínimo por mês, o que dá os mesmos R\$ 66. Mas aqueles que trabalham com comércio, indústria e serviço de transporte precisam acrescentar R\$ 1,00 do ICMS -resultando em R\$ 67. Serviços em geral contribuem com mais R\$ 5,00 do ISS, o que dá R\$ 71. Por fim, os que contribuem nos dois setores são impactados com a incidência dos dois **impostos**, o que dá um acréscimo de R\$ 6 -R\$ 72.

A exceção é o MEI caminhoneiro, que deve contribuir, no mínimo, com 12% do salário mínimo -o que vai corresponder a R\$ 158,40 em 2023. As cobranças de ISS e ICMS dependem de especificações da carga e da abrangência do território em que viaja.

O abono salarial do PIS/Pasep pode ser recebido por trabalhadores de empresas privadas e públicas que têm renda de até dois salários mínimos, exerceram a atividade remunerada por pelo menos 30 dias no ano -base e sejam cadastrados no Fundo de Participação

PIS/Pasep há, no mínimo, cinco anos.

O cálculo multiplica 1/12 do salário mínimo válido na data do pagamento pelo número de meses trabalhados no ano correspondente. Em 2023, se o beneficiário trabalhou o ano todo de referência, receberá um salário mínimo de abono, R\$ 1.320 . Se trabalhou seis meses em 2021, receberá metade de um salário mínimo, R\$ 660.

Pelo calendário proposto pelo governo ao Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador), o abono do PIS referente ao ano de 2021 começa a ser pago no dia 15 de fevereiro, para nascidos em janeiro, e tem novas liberações até o dia 17 de julho, quando é feito o pagamento do último lote, para aniversariantes de dezembro. A cada mês são feitas liberações de dois lotes.

O valor mínimo da parcela do seguro-desemprego também é igual a um salário mínimo, ou seja, R\$ 1.320 Para calcular o benefício pago ao trabalhador, o governo apura a média dos três salários anteriores à demissão e, depois, aplica um redutor, conforme a faixa da remuneração.

Segundo o Ministério do Trabalho e da Previdência, os valores serão atualizados a partir de 11 de janeiro. O governo informa ainda que as faixas superiores para o cálculo do seguro desemprego serão atualizadas pela **inflação** de 2022, considerando o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/01/veja-tudo-o-que-muda-com-o-salario-minimo-de-r-1320.shtml>

The screenshot shows the top of the Folha de São Paulo website. The main headline is "Veja tudo o que muda com o salário mínimo de R\$1.320" (See everything that changes with the R\$1,320 minimum wage). Below the headline, there are several sub-articles and a sidebar with "Estão em Destaque" (What's Hot) section. The page layout is typical of a news website, with a clear hierarchy of information and navigation options.

"O Brasil ganha fôlego", afirma Pacheco na posse



"A hora é de pacificação. Deixemos para o passado tudo o que nos separa, tudo o que nos divide. Olhemos para o futuro como uma nova oportunidade, um recomeço"

"O Brasil clama por mudanças estruturais. Os anseios sociais precisam ser concretizados. Unir o país em prol de um objetivo comum é imperativo e urgente"

"É preciso Reconciliar os brasileiros, desencorajar o revanchismo, cobrir com rigor atos de violência, restabelecer a verdade, fortalecer a liberdade de imprensa, honrar a Constituição Federal e venerar a democracia"

"Queremos cuidar dos corpos, das mentes e dos espíritos de todos os brasileiros e brasileiras. O projeto é ousado, mas temos um país riquíssimo e capaz de grandes feitos"

■ Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Congresso Nacional

Victor Correia e Vinícius Prates

O presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), falou em "esperança" e declarou que "a hora é de pacificação" durante a sessão solene de ontem que empossou Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como presidente da República, e Geraldo Alckmin (PSB), como vice.

Para o parlamentar, "o Brasil ganha fôlego" e "se enche de expectativas próprias de quem foi agraciado com outra chance" com a eleição e posse de Lula. "Uma chance de fazer mais, de fazer melhor", enfatizou Pacheco.

"A hora é de pacificação. Deixemos para o passado tudo o que nos separa, tudo o que nos divide. Olhemos para o futuro como uma nova oportunidade, um recomeço. Façamos diferente. Façamos mais. Façamos melhor. O futuro se desenha no presente. A hora de mudar o futuro de nossa nação é agora. Não percamos esta oportunidade", discursou o presidente do Senado.

Em sua fala, Pacheco relembrou a posse de Lula para seu primeiro mandato, em 1º de janeiro de 2003, como o 35º presidente do Brasil. O petista assumiu ontem o posto de 39º chefe do Executivo brasileiro. "Há um sentimento de renovada confiança, por estarmos diante de dois homens públicos experientes, capazes

e habilidosos", disse o presidente do Congresso, falando de Lula e do vice-presidente. Ressaltou ainda que as gestões anteriores do presidente petista se destacaram pela inclusão social, pelo crescimento econômico, e pelo respeito às instituições. A escolha de Alckmin para vice, de acordo com o presidente do Congresso, "é um sinal claro de que o interesse do País está além e acima de questões partidárias" e de que é preciso unir forças pelo Brasil.

Pacheco afirmou ainda que talvez essas tenham sido as eleições mais importantes da história. "Nas eleições de 2022, a democracia brasileira foi testada e saiu-se vitoriosa. É possível que tenha sido o processo eleitoral mais importante de nossa história após a redemocratização. O tempo dirá", disse Pacheco. "As instituições foram capazes de garantir a vontade da soberania popular, que se manifestou por meio dos votos no processo eleitoral, e resultou na escolha majoritária da frente ampla defendida pela chapa vitoriosa", destacou.

O presidente do Congresso falou logo após o primeiro discurso de Lula como presidente da República. Pacheco citou a pandemia da COVID-19, a necessidade de uma agenda econômica que promova "equilíbrio entre política fiscal, monetária e social", medidas de combate às mudanças climáticas e investimentos em educação e infraestrutura, temas que deverão permear as relações entre o Executivo e o Legislativo nos próximos quatro anos. "O Congresso é, por excelência, o lugar onde a diversidade dos interesses pode buscar a convergência", defendeu.

Segundo Pacheco, o Parlamento "está ávido" por ver o Brasil atingir o máximo de seu potencial e estará de prontidão para oferecer todo o arcabouço legislativo necessário para garantir segurança jurídica ao mesmo tempo em que viabilize o desenvolvimento nacional. O senador considerou que a eleição de Lula representa o anseio das políticas públicas reivindicadas pela população brasileiras - sobretudo as parcelas mais desfavorecidas - "e que tão fortemente distinguiram suas passagens anteriores pela Presidência da República". "Tenho certeza que alguém que acumulou tantas dificuldades ao longo da vida saberá enfrentar os reais e urgentes problemas da nossa população", reforçou.

DESAFIOS O novo governo chega com desafios

complexos, como unificar um Brasil polarizado, garantir compromissos sociais e governar com responsabilidade fiscal, destacou Pacheco. Esses desafios, segundo ele, ficam maiores após a pandemia de COVID-19, quando a crise econômica foi uma realidade em todos os países. No Brasil, "voltamos a conviver com um inimigo antigo, a **inflação**, e também com seu remédio amargo, os juros altos. Empregos foram perdidos, empresas foram fechadas, e o brasileiro viu seu poder de compra minguar".

E continuou: "O Brasil clama por mudanças estruturais. Os anseios sociais precisam ser concretizados. Unir o país em prol de um objetivo comum é imperativo e urgente. Reconciliar os brasileiros, desencorajar o revanchismo, coibir com rigor atos de violência, reestabelecer a verdade, fortalecer a liberdade de imprensa, honrar a Constituição Federal e venerar a democracia.

Os sinais de alerta nas questões climáticas e ambientais devem ser assumidos e enfrentados, de acordo com o presidente do Congresso. No caso do Brasil, ele destacou as alterações nos regimes das chuvas, e ao aumento de queimadas e do desmatamento ilegal. "Para além da recuperação da imagem do Brasil perante o mundo, reforçar o compromisso nacional com práticas sustentáveis é uma grande oportunidade rumo à economia verde (...). Com planejamento e boas práticas, podemos ser uma referência mundial em desenvolvimento sustentável e preservação ambiental", ressaltou.

Pacheco defendeu também fortes investimentos em infraestrutura. Para ele, o Brasil poderia diminuir desigualdades sociais e ser competitivo ao desenvolver a industrialização, promover a interiorização e a integração nacional, investir em energia, saneamento, transporte logístico, habitação e telecomunicações. "O Brasil é um gigante que precisa estar integrado (...). Precisamos olhar para dentro do país e levar soluções."

Em relação à **reforma tributária**, o parlamentar apontou a necessidade de avanço, que "junto com a elaboração do novo arcabouço fiscal, são pautas prioritárias do Congresso em 2023". No diagnóstico dele, "temos um sistema de arrecadação que precisa ser desburocratizado e simplificado para permitir mais justiça social".

Pacheco defendeu também a capacitação dos jovens e melhorias em todo o ambiente educacional com ensino, merenda, material escolar, esporte, cultura e artes, além de assistência médica, psicológica, psiquiátrica e social. "Para além do ensino teórico, a educação brasileira deve englobar conceitos como cidadania, diversidade, respeito, ética. Precisamos,

enfim, investir em formar cidadãos".

PARLAMENTO Pacheco fez ainda uma avaliação do último biênio, em que presidiu o Senado e o Congresso. Para ele, "o Poder Legislativo foi resiliente e vigilante. Agiu com moderação quando os ânimos estavam acirrados. Soube proporcionar um ambiente de equilíbrio para aprovar as medidas legislativas de interesse público". Para o senador, a soma de esforços será capaz de colocar o país no caminho da justiça social e da igualdade de oportunidades. "Queremos cuidar dos corpos, das mentes e dos espíritos de todos os brasileiros e brasileiras. O projeto é ousado, mas temos um país riquíssimo e capaz de grandes feitos". Ele encerrou o discurso assumindo um "compromisso imperturbável com a democracia e suas instituições".

Pacheco foi eleito para comandar o Senado com apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e passou o primeiro ano à frente do cargo se equilibrando entre petistas e bolsonaristas. O senador decidiu ficar neutro nas eleições, mas se aproximou de Lula durante a campanha e deve contar com a base do petista para derrotar o senador eleito Rogério Marinho (PL-RN) na disputa pelo cargo.

Aliados do mineiro afirmam que ele foi decisivo para frear as investidas de Bolsonaro contra a democracia e apaziguar a relação entre o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente do Senado rejeitou, por exemplo, o pedido de impeachment apresentado por Bolsonaro contra o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do STF Alexandre de Moraes - o que irritou bolsonaristas.

"A hora é de pacificação. Deixemos para o passado tudo o que nos separa, tudo o que nos divide. Olhemos para o futuro como uma nova oportunidade, um recomeço"

"O Brasil clama por mudanças estruturais.

Os anseios sociais precisam ser concretizados. Unir o país em prol de um objetivo comum é imperativo e urgente"

"(É preciso) Reconciliar os brasileiros, desencorajar o revanchismo, coibir com rigor atos de violência, reestabelecera verdade, fortalecera liberdade de imprensa, honrara Constituição Federal e venerara democracia"

"Queremos cuidar dos corpos, das mentes e dos espíritos de todos os brasileiros e brasileiras. O projeto é ousado, mas temos um país riquíssimo e capaz de grandes feitos"

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do
Congresso Nacional

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/02/01/2023/p1>

Responsabilidade fiscal e políticas sociais (Artigo)

Reynaldo Fernandes

Por responsabilidade fiscal entende-se manter, no longo prazo, os gastos do governo compatíveis com a arrecadação de **impostos**. Significa que os gastos públicos não devem ser sistematicamente financiados por **inflação** ou aumento da dívida pública (que, ao final, acaba virando **inflação**). Portanto, responsabilidade fiscal não determina o tamanho nem a composição dos gastos públicos. O governo pode ter responsabilidade fiscal gastando e arrecadando 20%, 30% ou 40% do **PIB** e, para um dado montante de gastos, pode ter uma participação maior ou menor dos programas sociais.

O tamanho e a composição do Orçamento público são questões de escolha política. Costumava-se dizer que, na Europa e nos Estados Unidos, o debate entre esquerda e direita poderia em grande medida ser resumido ao tamanho do Estado de bem-estar social almejado. A esquerda defendendo mais gastos sociais e mais **impostos**, e a direita menos **impostos** e menos gastos.

O teto de gastos, introduzido no governo Michel **Temer** (MDB), é uma medida de responsabilidade fiscal com viés à direita. Congela os gastos reais da União e, assim, impõe uma redução dos gastos em relação ao **PIB** na medida que haja algum crescimento econômico. É mais: como algumas despesas tendem a crescer mais que a **inflação**, as demais rubricas teriam que ser comprimidas. Os próprios defensores da medida reconheciam a necessidade de realizar outras reformas, reduzindo, por exemplo, o crescimento das despesas com Previdência e assistência social.

Com a volta do Partido dos Trabalhadores ao governo, seria de esperar uma nova orientação à política fiscal: a proteção e mesmo a expansão dos gastos sociais. O novo presidente tem garantido que, a exemplo de seus governos anteriores, não haverá irresponsabilidade fiscal. A questão, então, é como financiar esses novos gastos. O equacionamento é fundamental para o sucesso do novo governo - e não se trata de uma questão simples. Cortes de gastos em outras rubricas podem ser mais fáceis de anunciar do que de realizar.

O mesmo vale para a alta da carga tributária. Um aumento de alíquotas ou criação de novos **impostos**,

por exemplo, pode sofrer resistências no Congresso. Por outro lado, nosso sistema tributário é cheio de vinculações e transferências, de modo que parte significativa do aumento da carga tributária por parte da União pode ficar comprometida com novos gastos e transferências. Deixar que o ajuste fiscal seja realizado no bojo de uma necessária **reforma tributária** é temeroso, pois a reforma pode demorar para ser concretizada.

Orientar a política fiscal de modo a sinalizar uma trajetória sustentável da dívida pública é o principal desafio econômico para o início deste novo governo. Além de rever gastos em áreas não prioritárias e desonerações tributárias, um novo aumento de **impostos** pode ser inevitável. Mudar as metas de **inflação**, de modo que ela seja um pouco mais elevada para 2023 e cadente até 2026, também seria uma alternativa. Pode ser preferível a colocar uma meta de **inflação** incompatível com o fiscal, obrigando o Banco Central a elevar os juros e a dívida pública.

Se as metas devem ser revistas, o início de um novo governo é o momento para isso. Por fim, a responsabilidade fiscal deve ter uma perspectiva de longo prazo. Em uma recessão, a política fiscal restritiva pode agravar o quadro, e uma política fiscal expansionista seria mais recomendável.

No entanto, é preciso cautela com certas ideias econômicas em circulação, que parecem ver o estado recessivo como a situação sempre prevalecente na economia. Nesse caso, uma política fiscal expansionista seria sempre benéfica: elevaria a produção, o emprego e a arrecadação tributária. Em sua versão mais otimista, o aumento de arrecadação seria suficiente para financiar o aumento inicial dos gastos. Tais ideias podem soar atraentes para muitos, mas são a receita para a crise fiscal e o descontrole inflacionário.

Reynaldo Fernandes

Professor titular do Departamento de Economia da USP em Ribeirão Preto (SP)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50144&anchor=6470752&pd=59a2f83f42ae622553fc75adb33fe60a>

Lula defende atuação do Estado na economia e fala em nova lei trabalhista



Fábio Pupo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez em seu discurso de posse uma forte defesa do papel do Estado no desenvolvimento econômico do país, inclusive por meio de bancos públicos, "especialmente o BNDES" e das "empresas indutoras de crescimento e inovação, como a Petrobras". O mandatário pregou a recomposição de verbas do Orçamento, disse que o governo vai retomar obras paradas e falou em uma nova legislação trabalhista.

O discurso, que contou com críticas ao teto de gastos e a medidas tomadas durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL), aponta para uma agenda econômica alinhada às bandeiras históricas do partido e ao discurso da campanha eleitoral.

As possíveis mudanças na lei trabalhista serão negociadas com empresários, afirmou Lula após o PT ter dito durante a campanha que a reforma de Michel **Temer** (aprovada em 2017) seria revogada e ter provocado reações do empresariado e de parlamentares. O PT já sinalizou que busca uma reforma que contemple a nova economia, em especial os trabalhadores de aplicativos.

"Vamos dialogar, de forma tripartite -governo, centrais sindicais e empresariais- sobre uma nova legislação trabalhista. Garantir a liberdade de empreender, ao lado da proteção social, é um grande desafio nos tempos de hoje", disse.

Além de retomar obras paralisadas -que, segundo ele, somam mais de 14 mil-, Lula disse que vai restabelecer o programa habitacional Minha Casa Minha Vida e estruturar um novo PAC (Programa de Aceleração de Crescimento) para gerar empregos.

Além disso, o presidente disse que serão

impulsionadas as pequenas e médias empresas, o empreendedorismo, o cooperativismo e a economia criativa. "A roda da economia vai voltar a girar e o consumo popular terá papel central neste processo", disse.

Lula chamou o teto de gastos de "estupidez", lembrando que ele será revogado. A medida já era prevista pela proposta articulada pelo governo e aprovada pelo Congresso, que expandiu o Orçamento em 2023 e demanda do Executivo a apresentação de uma nova regra para as contas públicas para substituir a atual norma.

Defendeu a recomposição de verbas para áreas como saúde e educação, pregando investimentos em mais universidades, ensino técnico, universalização do acesso à internet, ampliação das creches e ensino público em tempo integral. Reiterou que a política de valorização do salário-mínimo será retomada e prometeu acabar com a fila do IN SS.

Além disso, criticou o uso da máquina pública para fins eleitorais, após Bolsonaro ter aprovado uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para turbinar benefícios sociais em ano de corrida pelo Palácio do Planalto.

"Nunca os recursos do Estado foram tão desvirtuados em proveito de um projeto autoritário de poder. Nunca a máquina pública foi tão desencaminha da dos controles republicanos. Nunca os eleitores foram tão constrangidos pelo poder econômico e por mentiras disseminadas em escala industrial", disse Lula.

Apesar da defesa por mais recursos para políticas públicas, Lula tem o desafio de fazer uma gestão mantendo o discurso de que haverá equilíbrio fiscal. Mesmo que a arrecadação federal dê sinais de que pode estar subestimada, o que dá um alívio parcial para as contas de 2023, a proposta que expandiu os gastos ampliará de forma significativa o rombo de R\$ 63,7 bilhões originalmente projetado.

Complica o cenário o fato de o governo ter decidido prorrogar a desoneração dos combustíveis por 60 dias. Caso seja estendido para o ano todo, o custo dessa medida seria de R\$ 52,9 bilhões -embora o governo eleito tenha sinalizado que o corte tributário vale rá no ano cheio somente para o diesel e o gás de

cozinha.

O uso dos bancos públicos também chama atenção e já recebeu recentemente um chamado do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto - que alertou acerca do crédito subsidiado sobre as taxas de juros no país.

Em seu discurso no parlatório do Palácio do Planalto, em que tradicionalmente se faz uma declaração mais popular, Lula deu ênfase ao combate à desigualdade.

"Nos nossos governos, nunca houve nem haverá ganância alguma. Sempre investimos, e voltaremos a investir, em nosso bem mais precioso: o povo brasileiro", afirmou.

O governo pretende discutir neste ano uma **reforma tributária** e tem defendido a redução dos **impostos** sobre consumo, que afetam mais (proporcionalmente) a população mais pobre. Já mudanças na tributação sobre a renda, com criação do imposto sobre lucros e dividendos, deve ficar para um segundo momento.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50144&anchor=6470752&pd=59a2f83f42ae622553fc75adb33fe60a>

Haddad assume com missão de fazer economia voltar a crescer

ADRIANO MACHADO/REUTERS-28/11/21



Com a missão de tirar a economia brasileira da armadilha do baixo crescimento, o novo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vai encontrar nos primeiros meses de 2023 um cenário de desaceleração da atividade econômica, recuo do crédito, juros elevados por mais tempo e o risco de nova alta da **inflação**. Um quadro que requer atenção total para os níveis de endividamento das famílias e da inadimplência.

No cenário interno, os desafios não são pequenos. É o que apontam os dados da primeira Pesquisa de Economia Bancária do ano, que será divulgada hoje pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban).

Como principal condutor da política econômica do governo Lula, Haddad toma posse hoje, em cerimônia no Centro Cultural Banco do Brasil, com a tarefa de reverter esse cenário o mais rápido possível, após as promessas do presidente Lula nas eleições.

Depois de surpreender em 2022, o crescimento do mercado de crédito terá ritmo menor, mas deve se manter acima de 8% em 2023. A pesquisa captou uma piora generalizada das expectativas para o ano que se inicia.

A incerteza fiscal levou a maior parte dos entrevistados a acreditar que os juros só vão começar a recuar no terceiro trimestre do ano, nas reuniões do Banco Central de agosto ou setembro. Em relação ao nível de atividade, o desafio é ainda maior. Já se observa uma desaceleração, que deve trazer um

Produto Interno Bruto do quarto trimestre com expansão próxima a zero, afetando o início de 2023.

Para Isaac Sidney, presidente da Febraban, a pesquisa é um alerta sobre a necessidade de rigor na política fiscal e no controle dos gastos públicos para o governo arrumar a casa.

"Com o cenário externo ruim e o quadro doméstico igualmente desafiador, temos de buscar uma âncora fiscal forte e crível e firme controle da **inflação**."

Não enxergo outra direção senão perseverar nesses fundamentos econômicos para arrumar a casa." Sidney destaca que, para a maior parte dos entrevistados, a tramitação da PEC da Transição resultou em alteração das expectativas, tanto do início da flexibilização monetária quanto em uma elevação da taxa básica de juros em 2023. Ele ressalta que esse resultado reforça a importância de que o novo governo defina o mais rapidamente possível a nova âncora fiscal da economia.

FOCO. O foco da política econômica de Haddad será o estímulo ao aumento do crédito para acelerar o crescimento do País, um programa de aumento das receitas para o caixa do Tesouro e aprovar uma **reforma tributária** voltada para aumentar a tributação dos mais ricos e crescimento do **PIB**.

Antes disso, terá de cumprir a promessa que fez para os primeiros dias de 2023 de lançar um "plano fiscal robusto" de ação para reverter o rombo de R\$ 220 bilhões previsto para o ano, passando a tesoura em renúncias e subsídios, além de tirar do papel o programa "Desenrola", de negociação de dívidas das famílias por meio de um fundo garantidor.

Realizado com 20 instituições financeiras, o levantamento da Febraban mostrou que a **inflação** seguirá pressionada, sobretudo para as classes de renda mais baixas. Alimentos no domicílio e serviços também seguem em alta.

A preocupação dos analistas com os rumos da política fiscal se espelhou no adiamento do período esperado para o início do processo de flexibilização da política monetária (queda da taxa de juros) e na revisão da tendência de crescimento da economia. A pesquisa captou que a grande maioria (75%) dos participantes

espera que o início da queda dos juros ocorra apenas a partir do 3.º trimestre de 2023. Para 20% dos participantes, no entanto, a taxa Selic deve começar a cair só no último trimestre do ano.

No terreno das contas públicas, embora os números correntes sejam positivos, a questão fiscal segue preocupante.

Em 2022, o governo central deve registrar superávit primário de R\$ 50 bilhões e dívida pública bruta pouco abaixo de 75%.

Em 2023, a expectativa é de piora, com projeções de déficit primário de R\$ 100 bilhões e dívida subindo para 80,5%.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Haddad assume com missão de fazer economia voltar a crescer

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O Brasil é um país de oportunidades (Editorial)

O Brasil é um país extremamente desafiador para os empreendedores, quando não hostil. Ter um sistema tributário classificado por muitos investidores e analistas econômicos, não sem razão, como um "manicômio tributário" - um emaranhado de leis e normas eivado de distorções e privilégios setoriais - já transmite uma boa ideia dos entraves ao florescimento dos negócios no País.

Mas o Brasil também pode ser um lugar de oportunidades praticamente ilimitadas para quem tiver os olhos bem treinados para enxergá-las e as condições legais e materiais para explorá-las. É como muitos estrangeiros veem o País, como mostrou uma recente reportagem do Estadão.

Enquanto milhões de jovens brasileiros, no mais profundo desalento, manifestam ano após ano a intenção de deixar o País diante da falta de perspectivas para seu desenvolvimento pessoal, estrangeiros como o mexicano Gabriel Roizner e o americano Christopher Spikes, por exemplo, enxergaram nesta mesmíssima terra um gigantesco mercado potencial para iniciar ou expandir seus negócios. Eles são apenas dois dos muitos estrangeiros, de todas as partes do mundo, que veem as adversidades do País como oportunidades.

Ora, por que aos olhos da maioria dos jovens brasileiros o País aparece como uma terra quase inóspita, enquanto para os estrangeiros se descortina como uma fonte promissora de esperança?

A resposta para essa questão não é simples, mas passa por aquele "treinamento" do olhar para vislumbrar esses nichos de mercado inexplorados e pelas políticas de incentivo a esses jovens, oferecendo-lhes as condições intelectuais e materiais para desenvolver seu potencial aqui e, talvez, depois exportá-lo para o mundo.

Em nenhum país haverá o livre florescimento dos negócios sem a implementação de políticas públicas de educação, por um lado, e sem que o Estado, por outro, limite-se a prover as condições jurídiconormativas que permitam a construção de um ambiente auspicioso para o desenvolvimento da atividade econômica.

Evidentemente, não se pode ignorar a realidade do

País. O Brasil é um país onde cerca da metade da população ainda não tem acesso a esgotamento sanitário.

É um lugar extremamente desigual, com discrepâncias perversas entre as oportunidades de melhoria de vida oferecidas a seus cidadãos a depender do lugar e da classe social em que nasceram. Entretanto, o confronto com essa dura realidade, antes de desestimular, tal como um dado incontornável da realidade do País, deve unir a sociedade e os governos, nas três esferas da administração, em um esforço concentrado para superá-la.

"Eu sempre digo que se você quer impactar milhões de pessoas e fazer o mundo melhor, o Brasil é um ótimo lugar para começar", disse ao Estadão o húngaro Miklos Grof, que ao lado do chileno Diego Izquierdo fundou aqui uma startup que auxilia pequenas e médias empresas no processo de gestão de documentos.

O potencial do Brasil, como se vê, é enorme. Muitas oportunidades de negócio não apenas não são atendidas, como ainda nem sequer foram mapeadas, sobretudo nas áreas de tecnologia e economia de carbono neutro.

O futuro governo e o Congresso têm o dever de oferecer aos milhões de jovens brasileiros desalentados, e a todos os que aqui desejam empreender, a mesma esperança de trilhar no Brasil o caminho para seu desenvolvimento pessoal que muitos estrangeiros aqui encontraram.

Há muito tempo, o Brasil está entre os piores países do mundo em termos de qualidade do ambiente institucional para os negócios, segundo pesquisas realizadas por organismos multilaterais, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A reputação do País é particularmente pífia no desempenho regulatório - leis que valem hoje subitamente deixam de valer no dia seguinte, e não raro há leis que se negam umas às outras, enquanto falta regulamentação em áreas essenciais para o desenvolvimento. Em paralelo, é imprescindível levar adiante uma boa **reforma tributária**, que pelo menos estabeleça um mínimo de sanidade.

Não será fácil, mas com um pouco de criatividade e vontade, como mostram esses empreendedores estrangeiros, o Brasil pode ser o país das oportunidades para todos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pacheco defende reforma tributária, ignorada por Lula



Ignorada nos discursos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Legislativo e no parlatório do Palácio do Planalto, a **reforma tributária** é uma das prioridades deste ano ao lado da definição do novo arcabouço fiscal do país, afirmou o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). "Investimentos demandam recursos. Esse é um desafio que se põe aos empossados", disse. "Temos sistema de arrecadação que precisa ser desburocratizado e simplificado para permitir mais justiça social." Pacheco afirmou ainda em seu discurso durante a posse de Lula que a democracia brasileira foi testada em 2022 e saiu vitoriosa.

"A Justiça eleitoral fez valer a vontade popular", afirmou. Para ele, há sentimento renovado de confiança porque Lula e o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) são "políticos experientes, capazes e habilidosos". Ele concordou com o petista de que o combate à miséria deve ser prioridade e destacou que é preciso encontrar um ponto de equilíbrio entre as políticas monetária, fiscal e social.

O discurso de Lula ao ser empossado foi enaltecido por políticos presentes, principalmente pela defesa da redução de desigualdades sociais, do fortalecimento de políticas ambientais e da democracia. O deputado Luís Miranda (Republicanos-DF), que denunciou suposto esquema de desvio de dinheiro na compra de vacinas e rompeu com o governo Bolsonaro na época,

foi à posse e elogiou a fala do petista. "Acredito que se o discurso dele for colocado em prática, ele fará um grande governo", opinou Miranda, que não foi reeleito.

Ex-ministra da Secretaria de Governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, a deputada Flávia Arruda (PL-DF) participou da cerimônia e disse que as divergências com o eleito não podem ser maiores do que o desejo de encontrar soluções para o país.

"Quando o presidente eleito fala de reconciliar o país, recebo como um gesto político importante.

Quando fala de diminuir desigualdades sociais, também vejo como um consenso possível entre as mais diversas correntes políticas", afirmou.

Já o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), destacou que Lula "mordeu e assoprou".

"Ao mesmo tempo em que pregou união, criticou o campo político oposto. Vejo isso com normalidade, foi uma eleição ganha por uma diferença muito pequena", disse ao Valor o governador, que apoiou Bolsonaro na eleição e foi ontem o único mandatário do Sudeste na posse.

A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), refutou que discurso tenha sido duro demais nos ataques a antiga gestão e disse que primeira fala de Lula como presidente "reforçou os compromissos de campanha e mostrou para o Brasil o que vai ser o governo dele". "Estamos fazendo uma conciliação, um governo de frente ampla com partidos que nem estiveram com a gente no primeiro turno", disse.

O deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), único de oposição a comparecer à posse de Bolsonaro em 2019, disse que gostou do discurso do petista. "Embora pontue bem as diferenças, ele chamou a responsabilidade de que o Brasil precisa ser unificado e sem isso não haverá desenvolvimento", afirmou o deputado, presente a todas as posses de todos os presidentes desde Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Para o deputado Zé Silva (Solidariedade- MG), Lula "deu os recados que precisam ser dados" pelo fim da polarização. "Achei muito interessante o destaque para a pauta da sustentabilidade. Somos um país com um

agro muito forte, mas sem sustentabilidade não passaremos de uma ilha", disse. Ele também ressaltou a preocupação com o desenvolvimento agrário e o combate à fome, com a recriação de ministério para esta área.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), evitou comentar o discurso. Apoiador de Bolsonaro na eleição, ele se manifestou pelo Twitter sobre o ato, dizendo que mais um capítulo da história foi escrito. "É hora de celebrarmos a estabilidade de nossas instituições e torcer pelo futuro do Brasil e dos brasileiros", afirmou na rede social. Lira, pelo protocolo, não discursou.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187422>

Promessa é de desenvolvimentismo com responsabilidade, mas falta dizer como

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu primeiro discurso no cargo, prometeu um Estado desenvolvimentista e nacionalista com responsabilidade fiscal e monetária. O que faltou foram os detalhes sobre como vai compatibilizar as duas coisas.

No recado mais direto ao mercado financeiro, chamou o teto de gastos públicos de uma "estupidez" e indicou que vai extingui-lo.

Apesar da frase de impacto, isso já estava na conta da maioria. Desde a eleição, o Banco Central e o mercado já haviam se conformado que a regra fiscal será substituída por uma nova, provavelmente que envolva uma trajetória de superávits primários que coloque a dívida pública em trajetória sustentável.

Lula voltou a citar três palavras que, desde a campanha eleitoral, vinha usando para tentar conquistar a confiança dos investidores: responsabilidade, credibilidade e previsibilidade. Até agora, não foi suficiente. Desde a eleição, o mercado colocou prêmios na curva do juros, e o dólar não caiu ante ao real como diante outras moedas.

A maior parte do discurso foi para afirmar o que provavelmente será um governo nacionalista e desenvolvimentista, com forte atuação do Estado nas engrenagens da economia.

Ele citou os bancos públicos pelo menos três vezes, uma para queixar-se que foram "dilapidados" no governo passado, outra para destacar a sua função no financiamento das atividades produtivas e uma terceira vez para dizer que estava tomando medidas para resgatar o seu papel.

"O Brasil é grande demais para renunciar ao seu potencial produtivo", afirmou o presidente.

"Não faz sentido importar combustíveis, fertilizantes, plataforma de petróleo, microprocessadores, aeronaves e satélites." Não existe, a princípio, uma oposição entre um governo desenvolvimentista e a responsabilidade fiscal e monetária. Bandeiras defendidas por Lula, como a reindustrialização, foram empunhadas recentemente pelo presidente americano, Joe Biden.

A questão é como as contas vão fechar. A meritória recomposição do Orçamento na área social, depois da destruição no governo Bolsonaro, ao cabo significa mais gastos.

Para haver superávit primário, é preciso cortar outras despesas ou aumentar **impostos**. Lula não falou sobre a **reforma tributária**.

O uso dos bancos públicos em políticas desenvolvimentistas significa injetar dinheiro público, seja para levantar funding ou oferecer juro mais baixos. No passado, isso foi feito de forma pouco transparente, com subsídios implícitos, fora do Orçamento, e a coisa acabou se degenerando para as pedaladas fiscais que levaram ao impeachment da Dilma.

Lula não citou reformas econômicas que aumentem a produtividade da economia, uma das marcas de seu primeiro mandato. Pelo contrário, mencionou o desejo de rever a reforma trabalhista, que o BC e economistas ortodoxos acreditam que permite ao país operar com um desemprego menor sem causar pressões inflacionárias. O destaque foi no papel do consumo para puxar a economia, dentro da agenda desenvolvimentista.

"A roda da economia vai voltar a girar e o consumo popular terá papel central nesse processo." Essa receita funciona quando a economia opera com capacidade ociosa, o que atualmente não é o caso.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Promessa é de desenvolvimentismo com responsabilidade, mas falta dizer como

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187422>

Pacheco cita democracia e sinaliza por reformas



Posse. Lula assinou os termos que lhe deram o terceiro mandato ladeado pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco

FERNANDA TRIS OTTO, DIMITRIUS DANTAS, JUSSARA SOARES E EDUARDO GONÇALVES pol itica@bsb.org lobo.com h r BRASÍLIA

Ao empossar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou ontem que a democracia saiu-se vitoriosa e que a volta do petista ao Palácio do Planalto traz um sentimento de "renovada confiança". Afirmou ainda que o Legislativo já dá sinais de que deverá assumir uma postura colaborativa com o Executivo. Já o o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que também compareceu ao evento, escreveu nas redes sociais que é hora de "celebrarmos a estabilidade de nossas instituições e torcer pelo futuro" do país.

- Há um sentimento de renovada confiança por estarmos diante de dois homens públicos experientes, capazes e habilidosos -elogiou, citando também o vice-presidente recém-empossado, Geraldo Alckmin. Pacheco aproveitou a presença dos chefes do três Poderes da República para celebrar a "harmonia e equilíbrio". - Quero concluir reafirmando nosso compromisso imperturbável com a democracia e suas instituições - disse o senador, antes de acrescentar.

Para o senador, possivelmente, a corrida eleitoral deste ano foi a mais importante da história recente do país e revelou a força do sistema democrático nacional: -Nas eleições de 2022, a democracia brasileira foi testada e saiu-se vitoriosa. É possível que tenha sido o processo eleitoral mais importante de nossa história após a redemocratização. O tempo dirá.

Antes de dar início ao seu discurso, o presidente do Senado fez referência às vítimas da pandemia de Covid-19 e pediu um minuto de silêncio em respeito às portes de Pelé e do Papa emérito Bento XVI.

Rodrigo Pacheco não fez campanha para Lula e se manteve distante da corrida presidencial. Anteriormente, sobretudo, ele protagonizou embates públicos com o então presidente Jair Bolsonaro ao longo dos últimos anos. Ontem, ele disse que o Congresso já demonstrou estar disposto a colaborar com o Executivo ao aprovar a chamada PEC da Transição, que abriu espaço de R\$ 169 bilhões no orçamento de 2023 antes mesmo de Lula assumir. - Quero assegurar que o espírito dos deputados, das deputadas, dos senadores e das senadoras, é de cooperação. Tanto é verdade que, antes mesmo da posse do novo governo eleito, abrimos diálogo com o governo de transição para aprovar (a PEC) -lembrou Pacheco.

REFORMA TRIBUTÁRIA

O parlamentar mineiro falou no Plenário da Câmara para convidados e autoridades, majoritariamente aliados de Lula, logo após o discurso do presidente. Rodrigo Pacheco assumiu o comando do Senado em 2021 e é considerado favorito a continuar no cargo com o início da próxima legislatura. Ele é candidato à reeleição a presidente. Ele aproveitou a oportunidade para defender a tramitação da reforma tributária, uma pauta do qual ele próprio é entusiasta: -Nós temos um sistema de arrecadação que precisa ser desburocratizado e simplificado para permitir mais justiça social. Essa reforma, junto com a elaboração do novo arcabouço fiscal, são as pautas prioritárias desse Congresso Nacional em 2023.

Presente ao evento, Arthur Lira não discursou, prerrogativa garantida somente aos presidente da república e do Congresso, de acordo com o protocolo. Nas redes sociais, porém, comemorou o fim do processo eleitoral: "A Casa do Povo e da Democracia escreveu hoje mais um capítulo de nossa História. É hora de celebrarmos a estabilidade de nossas instituições e torcer pelo futuro do Brasil e dos brasileiros".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Desafios de Lula: No Legislativo, pauta econômica e ambiental com rumos distintos

Por Marlen Couto

A agenda econômica será a prioridade dos parlamentares e do novo governo no ano que vem. No radar, estão ao menos duas pautas centrais para os primeiros meses do ano: a reforma tributária, que é tida como um possível legado da nova gestão, e uma nova âncora fiscal, substituta do teto de gastos. À frente da articulação estará o ministro da Fazenda, Fernando Haddad .

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/desafios-de-lula-no-legislativo-pauta-economica-e-ambiental-com-rumos-distintos.ghtml>

Governo Lula: os 100 primeiros dias são essenciais para o novo governo

São Paulo

Tradição na política americana, o simbolismo dos cem primeiros dias começou antes da posse para Luiz Inácio Lula da Silva. Com a vitória apertada na disputa eleitoral e a necessidade urgente de provar ser possível governar com uma base mais ampla do que o PT e sua órbita na esquerda, o presidente eleito terá, diferentemente de seus antecessores, menos tempo para angariar apoio político e popular, num cenário de oposição nas ruas e de um Centrão fortalecido nas urnas.

A relevância dos cem dias remete ao governo do ex-presidente americano Franklin Delano Roosevelt, que aprovou no período 76 projetos de lei e emplacou uma série de ações regulatórias para conter a crise que assolava o país, tornando-se referência para líderes em todo o mundo de 1933 para cá.

No caso de Lula, a intenção não é apenas aprovar novas normas, mas revogar parte das existentes. Isso sem contar a imensa lista de promessas que dependem de recursos indisponíveis no Orçamento.

Recolhido após a derrota nas urnas, o presidente Jair Bolsonaro praticamente repassou a Lula a articulação política do restante de seu mandato. Em pouco mais de um mês, o governo de transição enfrentou seu primeiro teste: elaborar e aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que garante às famílias cadastradas no Bolsa Família seguir recebendo R\$ 600 por mês e ainda mais R\$ 150 por criança de até seis anos de idade já em janeiro. O texto passou, mas não sem arranhões.

Para cumprir um de seus principais compromissos, Lula teve de negociar, antes mesmo de receber a faixa, com os donos do Centrão, especialmente o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), a quem havia chamado de imperador durante a campanha. Logo de cara, a realidade política atual se impôs, com o Legislativo muito mais poderoso que nos anos de 2003 a 2010, quando o petista exerceu seus dois primeiros mandatos.

A força atual dos partidos que compõem o Congresso ainda obrigou Lula a barganhar até os últimos dias do ano a formação de seu Ministério. Para obter a almejada governabilidade, o novo governo terá em seu

rol de aliados nomes do MDB, União Brasil e PSD, siglas que ajudaram a sustentar Bolsonaro nos últimos quatro anos. Segundo a cientista política Vera Chaia, o estilo agregador de Lula facilita esse movimento. Ele busca o entendimento entre forças políticas diferentes porque tem pressa em começar a governar, disse a professora da PUC.

Dentro dos cem primeiros dias, haverá pressa para anular regras estabelecidas pelo governo Bolsonaro nas mais diversas áreas, especialmente as que tratam do afrouxamento das normas para porte e posse de armas, fiscalização ambiental e imposição de sigilos para dados públicos. Além de ir ao encontro do discurso eleitoral de Lula, as medidas ajudam a assegurar o simbolismo da troca de bastão.

Um eventual revogaço, no entanto, também precisará de apoio político, assim como a retomada já anunciada de programas sociais, como o Minha Casa Minha Vida e o Farmácia Popular. A antecipação das articulações com o Congresso, segundo a pesquisadora Carolina Botelho, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), serviu de termômetro para a próxima gestão. O lado bom dessa história toda é que o governo entra antecipadamente na dinâmica que espera por ele em janeiro. E pode, inclusive, prever alguns passos.

Carolina ressalta que a aprovação da PEC da Transição, porém, não significa tranquilidade para Lula nos próximos quatro anos. Essas coisas mudam de acordo com as demandas do presidente da Câmara, do chefe do Executivo, e de acordo com a conjuntura política e econômica. Retornar a um ambiente de normalidade é uma coisa positiva, mas ainda tem muita água para rolar.

Nesse cálculo, é o desempenho na economia que pode ditar o tamanho do apoio já nos primeiros meses. O cientista político Marco Antonio Teixeira, da FGV-SP, aponta dois desafios a serem enfrentados por Lula e sua equipe logo na largada do governo: controle da **inflação** e aprovação de uma **reforma tributária**.

O primeiro desafio é manter a **inflação** num patamar baixo. Neste sentido, o fim da redução no ICMS dos combustíveis (determinado pelo presidente Jair Bolsonaro em seus últimos dias no cargo) pode representar um potencial de desgaste, visto que o preço dos combustíveis tem impacto nos preços dos

alimentos, do transporte público e chega rapidamente ao orçamento dos mais pobres, sobretudo , afirmou.

O segundo desafio, na avaliação de Teixeira, é de natureza política e já foi até anunciado pelo novo ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT). Trata-se da viabilização de uma **reforma tributária**, prometida por todos os últimos governos sem sucesso.

Talvez a mais estrutural de todas as reformas, ela não é de fácil execução, pois exige boa coordenação com os governadores e com o Congresso. A formação do Ministério e a composição das forças indicam que Lula, por ora, conseguiu calibrar uma boa base de apoio. Todavia, se houver desgaste nesses cem primeiros dias, esse trabalho fica comprometido e, certamente, o tamanho de sua base de apoio pode refluir.

Não menos importante, a imagem a ser passada interna e externamente pelo governo Lula pode, segundo analistas, determinar o rumo do terceiro mandato. Para o professor Eduardo Grin, mestre em Ciência Política e professor da FGV, a folga orçamentária obtida na transição permitirá ao presidente focar suas atenções para recolocar o Brasil no cenário mundial. Logo em janeiro, o petista deve visitar o presidente americano Joe Biden e já tem convite para fazer o mesmo em relação ao chinês Xi Jinping.

Se o governo arranca mal, ele já precisa fazer um freio de arrumação no primeiro ano e isso tudo cobra um preço porque significa que será necessário recompor políticas e alianças , afirmou Grin. Para ele, apesar de a data não existir como um marco institucional, ela tem um aspecto real de avaliação processual.

Não por acaso, o próprio Lula lançou parte de suas principais políticas nos cem primeiros dias de seus mandatos anteriores, como o Fome Zero, em 2003, e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007.

Nos cem primeiros dias, o Congresso fica de olho. Se o governo está fraco, ele cobra mais. É possível avaliar objetivamente não o resultado, mas como o governo se comporta e se consegue segurar uma agenda , completa.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/01/02/governo-lula-os-100-primeiros-dias-sao-essenciais-para-o-novo-governo.htm>

COTIDIANO

Governo Lula: os 100 primeiros dias das essências para o novo governo

Os primeiros 100 dias do novo governo Lula são considerados essenciais para estabelecer a agenda política e econômica do país. O governo deve focar em temas como a reforma tributária, a recuperação econômica e a melhoria dos serviços públicos.

Entre os principais desafios, destacam-se a implementação da reforma tributária, a retomada do crescimento econômico e a melhoria da infraestrutura. O governo também precisa lidar com a questão da dívida pública e a reforma da previdência social.

Além disso, é fundamental garantir a estabilidade política e a cooperação com o Congresso Nacional para a aprovação das medidas necessárias. A comunicação com a população também será crucial para explicar as prioridades e ganhar apoio para as políticas propostas.

Os primeiros 100 dias serão decisivos para definir o rumo do Brasil e a capacidade do novo governo de enfrentar os desafios econômicos e sociais do país.

Outros

- Política
- Economia
- Sociedade
- Esportes
- Entretenimento
- Opinião
- Internacional
- Meio Ambiente
- Tecnologia
- Segurança
- Saúde
- Educação
- Transporte
- Trabalho
- Consumo
- Religião
- Arte e Cultura
- Animais
- Viagem
- Moda
- Beleza
- Infância
- Idosos
- Deficiência
- Meio Rural
- Meio Urbano
- Meio Ambiente
- Tecnologia
- Segurança
- Saúde
- Educação
- Transporte
- Trabalho
- Consumo
- Religião
- Arte e Cultura
- Animais
- Viagem
- Moda
- Beleza
- Infância
- Idosos
- Deficiência
- Meio Rural
- Meio Urbano

Uma outra guerra fiscal

São Paulo

02/01/2023 06h01 Atualizado há 32 minutos

Nesta atual mudança de governo, a matéria tributária ganhou uma relevância particular. O governo que encerra seu mandato editou medidas provisórias e decretos que alteram a **legislação tributária** brasileira. O governo que inicia seu mandato deverá, com certa urgência, rever essas iniciativas.

Destaco dois exemplos marcantes e em sentidos contrários: de um lado, o então presidente em exercício no dia 30 de dezembro editou decreto reduzindo PIS/Cofins sobre receitas financeiras à metade, impacto na arrecadação que surpreendeu o governo que assumiu em 1º de janeiro de 2023; por outro lado, a desoneração dos **tributos** federais sobre os combustíveis expiraria em 31 de dezembro de 2022 e, apesar da posição contrária do ministro da Fazenda do governo entrante, o presidente que tomou posse assinou prorrogação dessa desoneração, por, ao menos, sessenta dias.

Enfim, essa "guerra fiscal" entre governo que sai e governo que entra deve permanecer na pauta durante algum tempo. Como o governo atual - empossado em 1º de janeiro de 2023 - lidará com o decreto que reduz PIS/Cofins sobre receita financeira? O que fará com os **tributos** federais sobre os combustíveis, após os sessenta dias de prorrogação? Há ainda uma medida provisória que estabelece alíquota zero do imposto de renda na fonte sobre rendimentos financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2023 e outra que altera substancialmente as regras do controle fiscal dos preços de transferência, para efeito dos **tributos** sobre o lucro (IRPJ/CSLL).

Em paralelo, verifica-se pressão pela **reforma tributária** dos **tributos** sobre o consumo, já em tramitação no Congresso Nacional, por mudanças no imposto sobre a renda, especialmente tributação dos dividendos e pela extinção de benefícios fiscais. Esses três tópicos, aliás, constaram da campanha eleitoral.

Já tive oportunidade de comentar neste espaço que as reduções e os benefícios fiscais não são o único instrumento para atração e manutenção de investimentos. Ponto extremamente importante para o investimento é a segurança jurídica, que proporcione previsibilidade e evite as incertezas regulatórias e o cumprimento dos contratos. Nesse sentido, reforço que a avaliação da estrutura tributária atual e a

proposta de mudanças devem ser pensadas em conjunto com outros instrumentos institucionais, que não são fiscais.

Site: <https://valor.globo.com/legislacao/fio-da-meada/post/2023/01/uma-outra-guerra-fiscal.ghtml>

O que os discursos sinalizam para o futuro

Por Bruno Carazza

Cada época traz consigo os sonhos e os desafios de cada geração. Primeiro presidente eleito democraticamente desde 1960, Fernando Collor iniciou seu discurso de posse perante o Congresso Nacional exaltando a conclusão do longo processo da transição democrática. Olhando para frente, delineou as demais diretrizes de seu autointitulado projeto de reconstrução nacional: "A **inflação** como inimigo maior, a reforma do Estado e a modernização econômica, a preocupação ecológica, o desafio da dívida social e a posição do Brasil no mundo contemporâneo."

As preocupações tinham razão de ser. Lá fora, o mundo vivia o contexto da queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética. Por aqui, Collor prometia "liquidar" a hiperinflação reduzindo o tamanho do Estado e aplicando um choque de liberalização econômica sobre o setor privado.

Contra herança maldita, a aposta em propostas do passado

Fernando Henrique Cardoso recebeu a faixa de Itamar Franco, sucessor de Collor após o processo de impeachment, proclamando a confiança no desenvolvimento do país. O sucesso na implementação do Plano Real e a equalização da dívida externa, bem como as condições internacionais favoráveis, permitiram ao tucano concentrar seu primeiro pronunciamento em temas como o combate à desigualdade, saúde, educação, cultura, direitos humanos e meio ambiente. Após proferir o compromisso como novo presidente da República, FHC falou pouco de economia e muito do social - ironicamente, trata-se do inverso da maneira como os livros de história costumam retratar os seus dois mandatos.

"Mudança" foi a primeira palavra no discurso de Lula em primeiro de janeiro de 2003, há exatos 20 anos. Entre as transformações que pretendia implementar no Brasil, a maior delas seria a erradicação da fome. Em torno do combate à fome, Lula estruturou todas as ações que anunciava para seu primeiro mandato: a reforma agrária, o projeto Primeiro Emprego, a estabilidade macroeconômica, as negociações comerciais e as reformas da Previdência, tributária, política e trabalhista. Em nome da luta contra a fome o petista também prometeu combater a corrupção, a sonegação de **impostos** e o desperdício de recursos

públicos.

Dilma Rousseff iniciou o pronunciamento de posse destacando o feito histórico de ter sido a primeira mulher a ocupar a Presidência da República. Mais do que uma conquista pessoal - ela fez questão de frisar - aquele momento seria um atestado dos avanços alcançados pela sociedade brasileira. E, nesse sentido, seu governo seria de consolidação, complementada com novas ferramentas: **reforma política**, apoio à produção e à exportação, universalização e melhoria da qualidade dos serviços públicos.

Se Dilma apostava na continuidade, Jair Bolsonaro assumiu o poder das mãos de Michel **Temer** prometendo a ruptura. Embora promettesse lutar contra a "submissão ideológica" dos governos anteriores, seu discurso foi impregnado de menções religiosas, patrióticas e de referências à liberdade, à família e aos "cidadãos de bem", além de críticas à "crise ética e moral" enfrentada pelo país. Entre as poucas propostas citadas na sua fala inaugural, prometeu não gastar mais do que arrecadar, simplificar as amarras burocráticas do setor empresarial, descentralizar recursos (lá estava o "mais Brasil, menos Brasília") e aprovar reformas estruturantes para estimular a produtividade da economia.

De volta ao Congresso Nacional para uma inédita terceira posse presidencial, Luiz Inácio Lula da Silva proferiu ontem seu discurso mais duro. A referência inicial ao seu trabalho como Constituinte, entre 1987 e 1988, não foi gratuita: Lula atribuiu a si, neste momento, a tarefa de reconstrução do "grande edifício de direitos, de soberania e de desenvolvimento" erguido desde então - e que, na sua visão, foi destruído pelo governo Bolsonaro. Aliás, com variantes de termos como "destruição", "desmonte", "desorganização", "dilapidação", "rapina", "esvaziamento" e "ruína", entre outros, a nova versão da herança maldita foi descrita com cores muito mais fortes.

Para reconstruir, reerguer e resgatar, Lula deixou clara sua aposta em políticas implementadas por ele próprio nos seus dois mandatos anteriores. No pronunciamento do Congresso houve menções ao Bolsa Família renovado, à retomada do Minha Casa Minha Vida e a um novo PAC.

Há também referências a instrumentos muito utilizados na gestão de Guido Mantega na economia: uso de

bancos públicos e da Petrobras para induzir o crescimento, valorização permanente do salário-mínimo, políticas de substituição de importações e de conteúdo nacional (em setores como combustíveis, fertilizantes, plataformas de petróleo, chips, aeronaves e satélites) e a revogação da "estupidez chamada teto de gastos".

Com tantas referências ao passado, sobrou pouco espaço para propostas modernizantes no discurso de posse de Lula 3. Não houve, por exemplo, qualquer menção à **Reforma Tributária**.

Além das citações à inovação, à transição digital e à ciência e tecnologia, a sustentabilidade foi a área que recebeu maior destaque. Lula acredita nas chances de o Brasil se tornar uma grande potência ambiental, e para tanto menciona as potencialidades da transição energética, da bioeconomia e da mineração, agropecuária e indústria verdes. Importante destacar o anúncio das metas de desmatamento zero na Amazônia e de neutralidade na emissão de gases de efeito-estufa na matriz elétrica.

Na área social, Lula dispõe-se a recompor os orçamentos da saúde e da educação, para recuperar programas como o Farmácia Popular e a ampliação de creches e do ensino integral.

A fala de Lula revela uma crença no papel da recriação dos ministérios especiais para cada dimensão, como Povos Indígenas, Cultura, Igualdade Racial, Mulheres e Direitos Humanos. Além de uma promessa de restauração de políticas públicas, houve o anúncio da imediata revogação dos decretos de liberação do acesso às armas assinados por Bolsonaro.

Como se viu no passado, os discursos inaugurais são repletos de sonhos e planos. Concretizá-los exige um trabalho árduo. Só assim se constrói e se fortalece a democracia - "democracia para sempre", como destacou o novo presidente.

Bruno Carazza é mestre em economia e doutor em direito, é autor de "Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro" (Companhia das Letras)". Escreve às segundas-feiras

Por Bruno Carazza

Mestre em Economia e doutor em Direito, é autor de "Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro" (Companhia das Letras)

E-mail: bruno.carazza@gmail.com

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

O que os discursos sinalizam para o futuro

Site: <https://valor.globo.com/politica/coluna/o-que-os-discursos-sinalizam-para-o-futuro.ghtml>

"Revogação" como 1º ato do novo governo



victor correia

Em seu primeiro ato como presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva cumpriu a promessa de reverter ações do ex-presidente Jair Bolsonaro assinando o chamado "revogação", anunciado repetidas vezes na campanha. Durante a cerimônia, ontem, no Palácio do Planalto, que precedeu a posse dos ministros, ele assinou medidas para suspender decretos como os que flexibilizaram o acesso a armas de fogo, os sigilos de 100 anos para informações sensíveis e também para recompor o combate à devastação da Amazônia.

As revogações foram anunciadas por Lula no discurso no Plenário do Senado. "Hoje (ontem) mesmo estou assinando medidas para reorganizar as estruturas do Poder Executivo, de modo que voltem a permitir o funcionamento do governo de maneira racional, republicana e democrática", disse o presidente aos parlamentares e autoridades que acompanharam a cerimônia de assinatura do Termo de Posse.

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, confirmou que os sigilos de 100

anos decretados por Bolsonaro estariam na primeira leva de decretos revogados. "Algumas (revogações) serão assinadas agora, e outras ao longo da noite", afirmou, pouco antes da cerimônia no Palácio do Planalto.

A ministra do Planejamento e Gestão, Simone Tebet, adiantou que as próximas revogações estarão voltadas para medidas econômicas. "A expectativa é de que tenha. Ainda não conversei tanto com os outros três ministérios. É importante lembrar que (o Ministério da) Economia, agora, foi dividida em quatro: Fazenda, Planejamento e Gestão e Indústria e Comércio. Então, agora é hora de sentar, conversar, e tudo vai ser feito por meio de muito diálogo", explicou.

Na sessão solene no Congresso, Lula destacou as medidas para desarmar a população, principal agenda de seu antecessor. "Estamos revogando os criminosos decretos de ampliação do acesso a armas de munições, que tanta insegurança e tanto mal causaram às famílias brasileiras. O Brasil não quer mais armas, que paz e segurança para seu povo", salientou.

Desarmamento

A assinatura das medidas ocorreu no Planalto, logo após Lula e o vice-presidente, Geraldo Alckmin, receberem os cumprimentos pela posse. Os sete documentos estavam dispostos sobre uma mesa de madeira, junto com o ato normativo que oficializou a estrutura da Presidência e dos 37 ministérios que passam a compor o primeiro escalão do Poder Executivo.

Um dos decretos assinados por Lula é o pontapé em um processo de reestruturação da política de controle de armas. Segundo membros do governo, o objetivo é retornar ao Estatuto do Desarmamento, implementado em 2003 durante o primeiro mandato do petista.

A medida assinada ontem reduz o acesso a armas de fogo e munições, além de suspender o registro de novos artefatos para uso dos chamados CACs (Caçadores, Atiradores e Colecionadores). Também está suspensa a autorização para abertura de novos clubes de tiro até que haja regulamentação.

A partir de agora, também estão proibidos o transporte de armas muniçadas, a prática de tiro esportivo por menores de 18 anos e a posse de mais de três armas para cidadãos comuns - cujo limite, no governo

Bolsonaro, era de seis. O texto também determina a criação de um grupo de trabalho para apresentar a nova regulamentação para o Estatuto do Desarmamento em 60 dias.

Lula assinou, ainda, um despacho para que a Controladoria-Geral da União (CGU) reavalie, em 30 dias, os sigilos **impostos** por Bolsonaro sobre informações e documentos públicos. A quebra dos sigilos do adversário foi uma das principais promessas do presidente durante a corrida eleitoral.

Por meio de uma medida provisória, Lula garantiu o pagamento de R\$ 600 para as famílias beneficiárias do "programa de transferência de renda vigente no país", como anunciado pelo cerimonial. Rebatizado de Auxílio Brasil por Bolsonaro, o programa voltará a se chamar Bolsa Família no novo governo. Lula também prorrogou por 60 dias a isenção de **tributos** federais nos combustíveis, medida baixada no governo anterior e cuja extensão dividiu os grupos político e econômico do governo.

Outro despacho do presidente no primeiro dia foi uma determinação para que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima também apresente nova regulamentação, em 45 dias, para o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), órgão criado para assessorar, estudar e propor ao governo propostas de políticas públicas ambientais.

Também foi restabelecido o Fundo Amazônia e a permissão do uso de R\$ 3,3 bilhões, oriundos de doações dos governos da Noruega e da Alemanha - que compõem o fundo -, para o combate ao crime ambiental na Amazônia. Lula revogou ainda o decreto de Bolsonaro que incentivava o garimpo ilegal na região, inclusive em terras indígenas.

Mais uma revogação pelo presidente foram as "normas impeditivas", baixadas no governo passado, de participação da sociedade civil nos conselhos sociais, além da redução desses colegiados. Também tirou a Petrobras, os Correios e a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) do programa de privatização.

Lula manda equipe retirar as estatais do programa de privatização



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou neste domingo (1º), logo após sua posse, as primeiras medidas na área econômica, entre as quais uma determinação para que os ministros tomem providências para retirar as estatais do programa de privatizações.

A medida atinge em especial a Petrobras e os Correios (este, já estava em processo para privatização sob análise do Tribunal de Contas da União). Também deve ficar de fora da lista para a venda empresas como a EBC (Empresa Brasileira de Comunicação).

Lula já havia afirmado em discurso após sua eleição que as privatizações iriam acabar no país, o que provocou reações no mercado financeiro.

Ainda durante a campanha, o senador Jean Paul Prates (PT-RN), então coordenador da área de óleo e gás e hoje indicado para presidir a petroleira, afirmou que Lula cogitava retirar a Petrobras do programa de desestatização.

Prates sinalizou a reversão de outras medidas ligadas à petroleira tomadas desde a gestão de Michel **Temer** (MDB). O senador também defendeu a revisão da política de desinvestimento da companhia, que prevê a venda de refinarias e dutos de gás.

Para reverter essas medidas, no entanto, a Petrobras terá de romper acordo assinado com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) em troca da suspensão de processos por suposto abuso de poder econômico.

O ato de Lula também abre caminho para barrar a privatização dos Correios, processo foi aprovado pela Câmara dos Deputados em agosto de 2021 por 286 votos a favor e 173 contrários. Foi um projeto do ex-ministro das Comunicações Fábio Faria.

Desde então, está parado no Senado -atualmente, aguarda apreciação pela Comissão de Assuntos Econômicos.

No caso da EBC, o governo pretende manter a emissora sob controle estatal, mas deve sugerir separar os canais da EBC que tratam da comunicação pública e de governo.

A medida representa uma virada em relação à gestão de Paulo Guedes, na qual o Ministério da Economia estimulou a venda de subsidiárias e outros ativos de estatais (como os da Petrobras) e vendeu o controle da Eletrobras.

Além disso, Lula assinou a medida provisória que mantém o pagamento de um piso de R\$ 600 mensais para famílias vulneráveis. A medida anteriormente vigente previa esse valor até 31 de dezembro, e Lula articulou uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para liberar recursos a partir de 2023 a fim de manter esse mínimo.

Gestão bolsonaro deixa "bomba fiscal" para Lula 3 No penúltimo dia do mandato, o governo Jair Bolsonaro (PL) editou um decreto para cortar **tributos** pagos por grandes empresas, com impacto de R\$ 5,8 bilhões no primeiro ano da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O decreto, publicado nesta sexta-feira (30), reduz à metade as alíquotas de PIS e Co-fins sobre as receitas financeiras de empresas que adotam o regime não cumulativo para recolher as contribuições. Apenas grandes empresas costumam optar por essa modalidade.

A medida desagradou integrantes da equipe econômica petista, que já vinham pedindo ao governo Bolsonaro para se abster de medidas que tenham efeito nos cofres a partir de 2023. Ainda que o governo Lula decida revogar o decreto, algum impacto será sentido pela nova administração. Isso porque um aumento nas alíquotas de PIS e Co fins só produz

efeito 90 dias após a publicação do ato.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50144&anchor=6470752&pd=59a2f83f42ae622553fc75adb33fe60a>

Lula assina medida provisória para prorrogar a desoneração de tributos sobre combustíveis

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou MP (medida provisória) que prorroga a desoneração de combustíveis no país, medida criada por Jair Bolsonaro (PL) em meio ao avanço dos preços do petróleo e que tinha como prazo 31 de dezembro de 2022.

A decisão foi tomada para evitar um aumento expressivo nos postos de gasolina logo no começo do mandato do novo chefe do Executivo.

A desoneração dos **tributos** federais PIS e Cofins será válida até o fim de fevereiro para gasolina (que também terá isenção de Cide durante o período), etanol, querosene de aviação e gás natural veicular - além de nafta. O corte valerá até o fim do ano para diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo (GLP, o gás de cozinha).

A prorrogação estava sendo discutida há semanas entre o ministro da Fazenda de Lula, Fernando Haddad, e o ministro da Economia de Bolsonaro, Paulo Guedes.

Guedes começou a preparar a medida na reta final de sua gestão, já que havia o receio de que o PT jogasse na administração Bolsonaro a culpa pelo eventual aumento de preço dos combustíveis nas bombas.

Haddad tinha achado o prazo de 90 dias sugerido por Guedes muito longo, mas havia sinalizado aos integrantes da equipe econômica que concordava com uma prorrogação de 30 dias. Após conversa com Lula, no entanto, Haddad pediu para que o governo Bolsonaro não editasse nenhuma medida do tipo.

Escolhido pelo PT para a presidência da Petrobras, o senador Jean Paul Prates (PT-RN) afirmou neste domingo que "não há nenhuma razão para se aumentar o combustível do Brasil".

Durante os próximos meses, o governo vai estudar qual será o futuro da política para os combustíveis. "Ao longo do período, a gente vai estudar e todos os impactos serão analisados e repercutidos no mercado. Tudo que o mercado responder, nós vamos tentar acompanhar", afirmou Prates.

Prates foi anunciado como o escolhido para a Petrobras por Lula na sexta e, naquele dia, já havia

falado em segurar **impostos** aplicados sobre combustíveis por até 60 dias, além de ter defendido uma nova política de preços e um fundo de estabilização.

Ele acrescentou que entrará na empresa nos primeiros 15 dias de janeiro, após um processo de "compliance" e de averiguação de currículo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50144&anchor=6470752&pd=59a2f83f42ae622553fc75adb33fe60a>

Representantes da sociedade passam a faixa presidencial



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recebeu ontem a faixa presidencial das mãos de oito pessoas, representando a diversidade do povo brasileiro, em uma cerimônia marcada por simbolismos no Palácio do Planalto.

Sem a presença do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que viajou para os Estados Unidos na sexta-feira, Lula escolheu um grupo composto por criança, indígena, negro, mulheres, pessoa com deficiência, catador de material reciclável e operário para a solenidade.

Ao assumir o poder, o presidente reforçou o compromisso com o combate à desigualdade social e garantiu, entre suas primeiras medidas, o pagamento de R\$ 600 aos beneficiários do Bolsa Família. Lula promoveu um "revogaço" de decretos de Bolsonaro e assinou atos para combater o crime ambiental, reavaliar os sigilos **impostos** pelo antecessor, dificultar o acesso a **armas**, retirar propostas de desestatização de empresas públicas e para manter a desoneração de combustíveis.

A posse foi marcada pela presença de milhares de apoiadores de Lula na Esplanada dos Ministérios e transcorreu sem graves problemas de segurança. A Praça dos Três Poderes teve a lotação máxima de público, de 40 mil pessoas, por volta do meio-dia, e a Polícia Militar do Distrito Federal isolou a área para evitar novos acessos. Houve diferentes manifestações culturais, como shows, rituais indígenas e apresentações de fanfarras e blocos de carnaval.

Apesar da recomendação de sua equipe para usar um carro blindado, o petista decidiu desfilar em carro

aberto, no Rolls-Royce, acompanhado por sua esposa, Rosângela Silva, a Janja, pelo vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSB), e a esposa dele, Lu Alckmin. O presidente se emocionou ao acenar para os militantes e chorou nos dois discursos que fez, no Congresso e no Parlatório, ao falar de fome e desigualdade social.

A decisão de Lula de subir a rampa do Palácio do Planalto com um grupo representativo da população e com sua cachorrinha Resistência foi mantida em sigilo pela equipe do presidente até a cerimônia na tarde de ontem.

Desde que o ex-presidente Bolsonaro e o ex-vice-presidente Hamilton Mourão disseram que não iriam transmitir a faixa para Lula, o petista e sua equipe estudaram formas de fazer um ritual simbólico, que demonstrasse a diversidade do povo brasileiro.

Lula foi acompanhado do cacique Raoni Metuktire, uma das lideranças indígenas mais conhecidas do mundo; da catadora de material reciclável Aline Sousa da Silva; do professor Murilo de Quadros Jesus; do menino Francisco Carlos do Nascimento Silva, que o presidente conheceu e se emocionou em um encontro de Natal com catadores; do metalúrgico do ABC Wesley Rodrigues; da cozinheira Jucimara Fausto dos Santos, que trabalhou no acampamento de apoiadores de Lula no período em que o petista ficou preso em Curitiba; do militante da luta anticapacitista Ivan Baron e do artesão Flávio Pereira.

A passagem de faixa é um ato simbólico, sem impacto na transição do poder, mas é tradição que o presidente que deixa o cargo participe da cerimônia. O último presidente que não participou da cerimônia de transmissão de faixa com seu sucessor foi João Figueiredo, em 1985, com José Sarney - primeiro presidente civil depois da ditadura militar.

Centenas de militantes, parlamentares, governadores e autoridades políticas se aglomeraram dentro e fora do Palácio do Planalto para ver a transmissão da faixa e acompanhar o discurso de Lula no Parlatório, que foi transmitido em telão fora do palácio e nos palcos dos shows promovidos pela equipe do petista.

Lula deu posse a seus 37 ministros e escolheu Sônia Guajajara (Pso), ministra do recém-criado Ministério

dos Povos Indígenas, para iniciar a formalização de seu primeiro escalão. O presidente recebeu o cumprimento de dezenas de autoridades internacionais, como os presidentes da Alemanha, da Argentina e Chile. O ex-presidente do Uruguai José Mujica participou dos cumprimentos e foi ovacionado.

Na cerimônia do Palácio do Planalto, a ex-presidente Dilma Rousseff estava na primeira fila, ao lado do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes, do ex-presidente José Sarney, da presidente do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber.

Depois dos cumprimentos e de dar posse aos ministros, Lula assinou os primeiros atos de seu governo. Além das Medidas Provisórias que garantem os R\$ 600 do Bolsa Família e a manutenção da desoneração dos combustíveis, o presidente também assinou decreto que "inicia o processo de reestruturação da política de controle de armas no país". A ideia do novo governo é reverter a facilitação ao acesso às armas, uma marca da gestão de Bolsonaro.

Na área ambiental, firmou decreto que, segundo anunciado no Planalto, "restabelece o combate ao desmatamento na Amazônia".

Também firmou despacho para que a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, proponha, em 45 dias, uma nova regulamentação para o Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente).

Outro restabelece o Fundo Amazônia, interrompido no governo anterior por desentendimentos entre Bolsonaro e os doadores europeus. Também extinguiu decreto que, segundo o novo governo, segregava pessoas com deficiência na educação.

Cumprindo promessa de campanha, Lula firmou despacho que determina que a CGU (Controladoria-Geral da União) reavalie em 30 dias "as decisões que impuseram sigilo indevido sobre informações da administração pública". São os propalados sigilos de 100 anos **impostos** por Bolsonaro em diversas áreas.

Lula também assinou um despacho determinando a seus ministros que encaminhem proposta para retirar da desestatização empresas públicas como Petrobras, os Correios e a EBC da pauta das privatizações do governo.

Outro despacho determina a elaboração de propostas de recriação a favor dos catadores.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187422>

Definições sobre ITBI e IPTU na compra de imóvel ficam para 2023



Adriana Aguiar

Incorporadoras, bancos e investidores em imóveis ficarão de olho nos tribunais superiores este ano. Isso porque ao menos dois temas tributários de impacto para o setor imobiliário serão definidos pelos ministros: quando o ITBI deve ser pago na aquisição de um imóvel, por meio da cessão de direitos de compra e venda, e quem deve pagar o IPTU se a transação foi feita via financiamento bancário com alienação fiduciária.

A discussão sobre o ITBI será definida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O tema tinha sido analisado pela Corte em repercussão geral, em 2021. Venceu a tese de que só se paga o imposto no momento do registro do imóvel em cartório. Porém, em setembro de 2022, os ministros cancelaram a decisão.

Em fevereiro de 2021, no Plenário Virtual, os ministros entenderam que se discutia a cobrança de ITBI sobre compromisso de compra e venda de imóvel. Mas, na verdade, o caso envolve cessão de direitos relativos ao compromisso de compra e venda (ARE 1294969 ou Tema 1124) - isso acontece, por exemplo, quando ainda na fase da construção o comprador encontra uma oportunidade de lucro na cessão desses direitos ou se ele teme ficar inadimplente no futuro.

No caso concreto, o contribuinte comprou um imóvel

na planta e assinou uma promessa de compra e venda com a incorporadora imobiliária. Só que, antes do apartamento ser entregue, decidiu transferir o seu direito aquisitivo para um terceiro.

Ainda não há uma data definida para o novo julgamento.

Na prática, com a anulação da decisão do Supremo em repercussão geral, continuam valendo as leis municipais que determinam o recolhimento do ITBI antes do registro em cartório, como na assinatura do termo de compromisso de compra e venda. O ITBI equivale a 2% a 3% do valor do imóvel.

Somente a Prefeitura de São Paulo arrecadou cerca de R\$ 3,5 bilhões de ITBI em 2021, o que representou 5% de toda a receita do município.

Já em 2022, nos seis primeiros meses, foram R\$ 1,45 bilhão - 3,5% de todas as receitas.

O mercado como um todo tem acompanhado de perto esse tema, segundo o advogado Bruno Sigaud, do Sigaud Advogados, após a reviravolta que reabriu a discussão no STF. Para ele, a esperança é que se mantenha a decisão anterior de que só incide o ITBI com o registro do imóvel.

Sigaud afirma que tanto o Superior Tribunal de Justiça (STJ) quanto os tribunais de Justiça estaduais vinham julgando o tema de modo favorável aos contribuintes.

"Não se pode falar em ITBI sem transferência de titularidade e propriedade", diz.

De acordo com Sigaud, se o STF mudar o entendimento, será necessário pagar o ITBI em cada assinatura de contrato de cessão de direitos, independentemente do registro. "Há pessoas que nunca levaram o contrato para registro, mesmo com o imóvel pronto", diz. "Se a pessoa quiser economizar com o ITBI, deixa o contrato na gaveta, o que é comum".

Para o advogado Diogo Ferraz, do Freitas Leite Advogados, será definido se incide ITBI sobre a cessão de direitos aquisitivos.

"Muitas procuradorias de municípios têm usado a

correção de rumos processuais feita pelo STF para dizer que o tribunal necessariamente revisitará o mérito do momento da incidência, mas isso não é verdade", afirma.

"Até porque há jurisprudência histórica e consolidada de que o ITBI só incide com o registro da transmissão da propriedade em cartório", acrescenta.

A definição sobre o ITBI exige o monitoramento das pautas de julgamento do STF. Mas será o Superior Tribunal de Justiça (STJ) quem vai bater o martelo sobre a responsabilidade pelo pagamento de IPTU na compra de imóvel por meio de financiamento bancário com alienação fiduciária - o bem permanece sob propriedade da instituição financeira até a quitação.

Essa decisão também será relevante porque terá efeito repetitivo, orientando os tribunais estaduais sobre como analisar casos semelhantes. Os processos sobre o assunto estão sob a relatoria da ministra Assusete Magalhães (Tema 1.158, Resp 1.949.182, Resp 1.959.212 e Resp 1.982.001).

Na capital paulista, se o responsável pelo financiamento do imóvel não paga o IPTU, o débito vai direto para a dívida ativa da instituição financeira que concedeu o empréstimo ou da empresa do imobiliário que vendeu o imóvel.

Essa prática de redirecionamento de cobrança de IPTU ganhou força no país com a crise gerada pela pandemia.

Em 2021, a inadimplência do imposto na cidade de São Paulo foi de 13,44% (cerca de R\$ 1,7 bilhão).

Em 2020, chegou a 15% (cerca de R\$ 1,9 bilhão). Nos quatro anos anteriores, a média era de 12%, segundo a assessoria de imprensa da Secretaria Municipal da Fazenda. Em geral, no país, o IPTU corresponde de 2% a 3% do valor do imóvel.

Decisões recentes da 1ª Turma do STJ afastaram a responsabilidade de bancos e incorporadoras pelo IPTU de imóveis financiados por meio de alienação fiduciária, em caso de inadimplência. Ambos os casos julgados envolvem o banco Itaú e o município de São Paulo (Resp nº 1886277 e Resp nº 1.796.224). O relator foi o ministro Gurgel de Faria.

Apesar de ainda não haver acórdão da 2ª Turma, já existem decisões monocráticas (apenas de um ministro), inclusive da ministra Assusete Magalhães, nesse mesmo sentido (Resp 1973383).

O impacto dessas decisões para bancos e

incorporadoras é gigantesco e milionário, segundo Sigaud, uma vez que a discussão ainda não está pacificada a nível nacional.

Dois das três Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), por exemplo, aceitam o redirecionamento das cobranças.

A Prefeitura de São Paulo alega que os bancos e incorporadoras podem ser enquadrados como proprietários dos imóveis, mesmo quando não há **r e t o m a d a d o s b e n s**, com base no artigo 34 do Código Tributário Nacional (CTN). O dispositivo estabelece que o "contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título".

Já bancos e incorporadoras argumentam ter os imóveis apenas como garantia e posse indireta dos bens, o que não seria suficiente para caracterizá-los como contribuintes do IPTU. "O credor não detém os atributos mais típicos da propriedade, como direitos de usar, gozar e dispor do bem, nem tem interesse em se tornar efetivamente dono do imóvel", diz Diogo Ferraz.

Por meio de nota ao Valor, a assessoria de imprensa da Prefeitura de São Paulo destaca que os temas certamente gerarão reflexos jurídicos e econômicos.

Sobre o ITBI, a Procuradoria Geral do Município (PGM) diz esperar que o STF reconheça que a cessão de direitos aquisitivos é fato gerador do ITBI. "Exigir o registro [em cartório] consubstanciará isentar **i n ú m e r a s o p e r a ç õ e s**, premiando os denominados contratos de gaveta", afirma na nota.

Já em relação ao IPTU na alienação fiduciária, o município defende que "se trata de aplicação objetiva do disposto no Código Tributário Nacional, que não pode ser subvertida pelas disposições da lei ordinária que regula as alienações fiduciárias".

Para a PGM, a uniformização e definição sobre ambos os assuntos permitirá que sejam estabelecidos mecanismos de governança e acompanhamento dos **impostos** inerentes às transações imobiliárias, "trazendo segurança jurídica e previsibilidade econômica aos contratos não levados a registro."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187422>

Lula critica teto e Pacheco cobra regra



henrique lessa

Durante o discurso de posse, ontem, no Congresso Nacional, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reafirmou os compromissos expressos durante a campanha eleitoral, apontando a prioridade do seu governo com aquilo que chama de "responsabilidade social", e reiterou a intenção de buscar uma regra fiscal que permita uma expansão maior das despesas públicas. Falando do Sistema Único de Saúde (SUS), disse que a instituição "foi a mais prejudicada por uma estupidez chamada teto de gastos, que haveremos de revogar". Ao mesmo tempo, manteve a promessa de manter as contas públicas sob controle.

O tom do discurso indica que Lula deve promover uma revisão de reformas liberais feitas em governos anteriores, como a da legislação trabalhista. "Vamos dialogar, de forma tripartite - governo, centrais sindicais e empresariais - sobre uma nova legislação trabalhista. Garantir a liberdade de empreender, ao lado da proteção social, é um grande desafio nos tempos de hoje", disse.

A fala aponta também para um Estado mais presente na Economia. Mas a revogação do teto de gastos, norma criada no governo de Michel **Temer**, que busca limitar as despesas e garantir a saúde das contas públicas - e na prática, foi repetidamente descumprida nos últimos anos -, não indica, segundo Lula, o abandono de qualquer responsabilidade fiscal.

Estabilidade

"O modelo que propomos, aprovado nas urnas, exige, sim, compromisso com a responsabilidade, a credibilidade e a previsibilidade; e disso não vamos abrir mão", garantiu o presidente. "Foi com realismo orçamentário, fiscal e monetário, buscando a

estabilidade, controlando a **inflação** e respeitando contratos que governamos este país", disse Lula, referindo-se ao período de seus dois primeiros mandatos na Presidência da República. O presidente não adiantou como pretende manter o equilíbrio das contas públicas, mas o projeto de uma nova âncora fiscal está previsto no texto aprovado da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da transição.

Falando na sequência de Lula, durante a solenidade, o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), apontou os desafios do novo governo. "Chega com desafios complexos, como unificar um Brasil polarizado, garantir compromissos sociais e governar com responsabilidade fiscal", afirmou Pacheco. E, em tom de cobrança, reforçou que espera o equilíbrio entre o social e o fiscal com a elaboração da nova âncora. "A agenda econômica do novo governo precisa encontrar o ponto de equilíbrio entre política fiscal, monetária e social, a fim de que o Brasil volte a crescer e gerar empregos", ressaltou o senador. Segundo ele, "a **reforma tributária**, ao lado da elaboração do novo arcabouço fiscal, são as pautas prioritárias do Congresso Nacional em 2023".

Uma das frentes de ação apontadas por Lula é promover uma economia sustentável do ponto de vista ambiental. "Vamos iniciar a transição energética e ecológica para uma agropecuária e uma mineração sustentáveis, uma agricultura familiar mais forte, uma indústria mais verde", sinalizou, durante a fala. Além disso, ele prometeu restabelecer o programa habitacional Minha Casa Minha Vida e estruturar um novo PAC (Programa de Aceleração de Crescimento) para gerar empregos.

No discurso, Lula também apontou que pretende reindustrializar o país e criticou a importação de diversos itens. "O Brasil é grande demais para renunciar a seu potencial produtivo. Não faz sentido importar combustíveis, fertilizantes, plataformas de petróleo, microprocessadores, aeronaves e satélites. Temos capacidade técnica, capitais e mercado em grau suficiente para retomar a industrialização e a oferta de serviços em nível competitivo", disse. "O Brasil pode e deve figurar na primeira linha da economia global." De acordo com o presidente, a estratégia para essa reindustrialização passa pelo financiamento público "O futuro pertencerá a quem investir na indústria do conhecimento, que será objeto de uma estratégia nacional, planejada em diálogo com o setor produtivo, centros de pesquisa e universidades, junto com o Ministério de Ciência,

Tecnologia e Inovação, os bancos públicos, estatais e agências de fomento à pesquisa", afirmou.

O modelo que propomos, aprovado nas urnas, exige, sim, compromisso com a responsabilidade, a credibilidade e a previsibilidade; e disso não vamos abrir mão. Foi com realismo orçamentário, fiscal e monetário, buscando a estabilidade, controlando a **inflação** e respeitando contratos que governamos este país" Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

Estado interventor é principal ressalva de economistas

Os recursos de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) neste domingo (1º) foram recebidos com ressalvas por analistas do mercado, que se preocupam com a expectativa de um governo muito interventor na economia.

Já lideranças empresariais que estiveram em Brasília para a posse se declararam otimistas em relação à nova gestão da economia.

De modo geral, entre analistas o balanço é que o discurso não trouxe muitas novidades em relação à pauta petista e às promessas de campanha. No entanto, a incerteza sobre como o governo vai conduzir as mudanças causa apreensão.

Para Sérgio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associados, o primeiro discurso de Lula como presidente empossado é positivo, mas deixa algumas dúvidas sobre como será a atuação prática.

"Obviamente não dava para esperar do presidente, neste momento, nada muito específico nesse sentido", ressalva.

Mas, diz, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fica sob mais pressão na construção da nova regra fiscal. "Espero que, quando o presidente fala em estupidez, seja em relação a esta regra que temos agora, não para qualquer regra de gastos", acrescenta.

Outro que assusta, na visão dele, é a revisão da lei trabalhista, já que não há clareza sobre os pontos que Lula pretende mudar.

"Tirando essas questões econômicas, o discurso é positivo, comparado com o que vimos nos últimos quatro anos. Voltar à normalidade democrática no país é importante para o horizonte de investimento e de crescimento", diz.

Rafael Pacheco, economista da Guide Investimentos, vê de forma oposta. Para ele, o discurso tende mais para o lado negativo. "Lula reforçou muito o ponto do Estado mais interventor para girar a roda da economia", diz.

Na visão do economista, Lula se balizou pela questão da fome ao justificar a importância do Estado na

economia, assim como o Bolsa Família turbinado e o financiamento do consumo da população pobre.

"Podemos dizer que Lula está apontando para as bases econômicas de seus governos [anteriores]", afirma.

Pacheco faz ressalvas à promessa de Lula de reativar bancos públicos e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) como empresas indutoras de crescimento. Além disso, enfatizar o consumo popular como um dos motores da economia não é necessariamente uma regra que funciona sempre, diz.

"Isso depende do momento. Sabemos que o momento atual não é o mesmo daquela época [governos anteriores do Lula]. As condições financeiras externas não estão tão boas, commodities estão caindo e o desemprego, embora elevado, está abaixo do nível de equilíbrio." Em relação à crítica ao teto de gastos, Pacheco não disse ter visto muita novidade. O que preocupa, porém, é o vigor com que a crítica foi feita, assim como as possíveis mudanças na lei trabalhista. "Se for uma alteração muito grande pode gerar mais **inflação** e mais juros", argumenta.

Camila Abdelmalack, economista-chefe da Veedha Investimentos, considera que trechos do discurso de Lula podem acrescentar mais volatilidade a um início de ano que já reservaria preocupações devido a algumas discussões esperadas, como a da **reforma tributária** e, principalmente, sobre uma regra que possa substituir o teto de gastos.

"Isso coloca prêmio na curva de juros, acaba desvalorizando o mercado acionário e gerando pressão no câmbio", disse.

Abdelmalack afirmou que a retomada de uma política de industrialização e a menção de Lula à participação das empresas públicas também pode ampliar temores entre investidores quanto ao uso político das estatais, em especial, sobre os bancos públicos.

"Esse é um aspecto que preocupa bastante por conta do descontrole ocorrido em governos petistas anteriores." Presente ao evento de posse, o presidente do conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco se declarou otimista quanto à nova

administração na economia. "Novo governo é renovação e esperança. Este está começando hoje e vamos aguardar as primeiras medidas", afirmou Trabuco.

ISAAC SIDNEY Ferreira, da FEBRABAN, por sua vez, disse que uma das prioridades da entidade é defender uma **reforma tributária** que torne o sistema menos dispendioso e complexo.

"Vamos continuar trabalhando para que não haja aumento do custo para o crédito", afirmou.

Thiago Bethônico, Clayton Castelani, Ana Paula Branco e Alexa Salomão

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50144&anchor=6470752&pd=59a2f83f42ae622553fc75adb33fe60a>

"2023 pode ser o ano do fundo de crédito privado"



LUÍZA LANZA

O ano de 2022 deu sequência ao aperto monetário iniciado pelo Banco Central em 2021. A taxa básica de juros brasileira, a Selic, saiu dos 9,25% para encerrar o período em 13,75% ao ano - patamar visto por grande parte do mercado como o "juro terminal". Isso significa que, para 2023, a previsão é de que o próximo ajuste feito pelo BC será para baixo.

Um cenário que pode favorecer os fundos de crédito privado, diz Ulisses Nehmi, CEO da Sparta. A gestora com mais de R\$ 7 bilhões sob gestão é especializada na estratégia de alocar a maior parte de seus recursos em títulos de renda fixa emitidos por empresas, como debêntures, CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários) e CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio).

Nehmi explica porque a perspectiva de redução do juro beneficia os fundos de crédito privado e mostra pontos para estar no radar em 2023.

Recentemente, vimos um estresse nos juros futuros, com parte do mercado precificando uma Selic maior do que a inicialmente prevista para 2023. O que podemos esperar da taxa este ano?

Temos a expectativa de uma **inflação** razoavelmente controlada para o ano, ainda que não dentro da meta

para 2023.

Naturalmente, quando isso acontece, fica mais claro que não há como ficar sustentando a economia no patamar de juro real que temos atualmente.

Assim, é natural que a Selic caia se a **inflação** continuar controlada. Nas últimas semanas, tivemos um estresse com a possibilidade de alta da Selic para 2023, pois não há definição de como será o perfil do próximo governo. O mercado precisa de uma direção mais clara de como será, pois houve assuntos que foram "pulados" na parte da campanha e das propostas.

Com essa perspectiva de possível queda na Selic em 2023, onde estão as melhores oportunidades?

Quando começam as notícias de que as taxas de juros irão subir, o investidor tende a correr para a renda fixa segura, títulos públicos com liquidez diária, por exemplo. Por outro lado, o que vemos é que, assim que começa um ciclo de baixa da Selic, o perfil muda um pouco.

Não é que o dinheiro vai embora da renda fixa, mas o investidor começa a pensar que já pode colocar um pé em outros ativos. E normalmente ele migra para o crédito privado, de altíssima qualidade.

Então os fundos de crédito privado podem ser uma boa aposta?

O grande boom de crescimento do crédito privado foi em 2017, 2018. Ou seja, quando a queda da taxa de juros começa a sinalizar que as coisas já estão melhores e os investidores começam a migrar para outros ativos. E é aí que esses fundos costumam ter esses bons desempenhos. 2023 e 2024 podem ser anos muito bons para o crédito privado de maneira geral. Uma coisa que vem junto com o bom desempenho é que, se o mercado começa a melhorar e as taxas de juros começam a cair, há também uma redução no risco de crédito.

E, se isso acontece, os ativos começam a andar melhor.

O momento ideal para se posicionar nos fundos de crédito privado seria agora?

De fato, no cenário atual e pela expectativa para 2023, é o momento certo. Eu diria que o cuidado que temos de tomar é que talvez tenhamos surpresas no novo governo que podem mudar o cenário, até então estável.

Porém, acreditamos que estamos em um momento bom para investir nos fundos.

Em que o investidor pessoa física, que está acostumado com a renda fixa de maior segurança, mas que quer aproveitar o movimento de estabilização da Selic e tomar um pouco mais de risco a partir de 2023, precisa estar atento?

Quando falamos de títulos públicos, normalmente são pós-fixados. Se o investidor começa a ir para prefixados e indexados à **inflação**, quanto maior o prazo, mais risco vai ter. O crédito privado também segue nessa linha, só que com os prazos de resgate. Os fundos com prazo de 30 dias, por exemplo, são normalmente bastante equilibrados.

Conforme a pessoa vai tendo mais apetite para risco, vai arriscando aqueles com prazo de 90 dias, 180 ou mais de um ano. Aí já começa a mudar totalmente o perfil, são fundos bem mais arrojados. Para o investidor que é conservador, mas quer buscar uma aplicação em crédito privado um pouco mais arrojada dentro da renda fixa, boas opções são esses fundos com classe de resgate em torno de 30 dias. São ativos com um degrauzinho de risco maior do que os títulos públicos, mas com nível de eficiência bastante razoável.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Política monetária em 2023 (Artigo)

José Júlio Senna

Em grande número de países, os bancos centrais têm adotado medidas restritivas, em maior ou menor grau, voltadas para reduzir as taxas de **inflação** na direção das metas vigentes. De modo geral, a tarefa parece longe de concluída. Faz sentido, portanto, esperar ajustes adicionais na condução da política monetária, nas mais variadas economias, no decorrer de 2023.

A despeito de a **inflação** constituir uma espécie de "inimigo comum", as circunstâncias vigentes em cada país diferem entre si. Características distintas do processo inflacionário enfrentado em cada lugar e diferenças institucionais e de estrutura entre países explicam isso. Sendo assim, os próximos passos no campo da política monetária precisam ser examinados à luz das peculiaridades de cada situação.

Os Estados Unidos, por exemplo, são a economia desenvolvida na qual o combate à **inflação** mais avançou. Pelo visto, dificilmente os dirigentes do Fed desistirão de levar a **inflação** para 2%.

Jerome Powell, líder da instituição, frequentemente se utiliza da expressão "keeping at it", objetivando com isso sinalizar que só sossegará quando a tarefa estiver cumprida. O uso da expressão procura revelar também um certo alinhamento entre o seu pensamento e o de Paul Volcker, o grande vitorioso da luta anti-inflacionária nos anos 1980. "Keeping at it" é o título do livro autobiográfico de Volcker.

A despeito dos sinais contrários, muitos ainda duvidam das intenções de Powell. Com a redução do ritmo de ajuste da taxa básica de juros em dezembro, as dúvidas cresceram. Deixou-se de notar, porém, que a referida iniciativa é perfeitamente normal quando o banco central se encontra em fase avançada de aperto monetário. Ajustes de juros em ritmo incomumente elevado podem ter efeito desestabilizador.

Também não se atentou para as advertências oficiais que ressaltam quão longe o Fed se encontra de cumprir sua tarefa.

De qualquer modo, parece adequado concluir que o Fed dará continuidade à estratégia em curso, talvez até elevando a taxa básica mais do que o previsto pelo mercado e pelo próprio Fed.

Na Zona do Euro (ZE), destaca-se a natureza da **inflação**.

Comparativamente ao caso dos EUA, a **inflação** reflete mais choques do que expansão de demanda.

A parcela da **inflação** plena explicada por choques de alimentos e de energia é de cerca de 35% (50% num conceito amplo de choques). Nos EUA, essa parcela fica em apenas 15%.

Quando fala em novos aumentos de juros e em compromisso de levar a **inflação** para a meta, a presidente do BCE não foge do seu papel de autoridade monetária.

Mas parece pouco provável que colocará em prática o mesmo grau de aperto monetário a ser observado nos EUA. Efeitos de choques têm peso alto na **inflação** europeia. No momento, o juro que remunera os depósitos dos bancos está em 2%, enquanto a **inflação** roda perto de 10%.

Lagarde preocupa-se também com o problema da "fragmentação", ou seja, com os problemas econômicos e políticos passíveis de surgirem na eventualidade de um aperto monetário vigoroso afetar pesadamente os países da periferia. Provavelmente, os europeus enfrentarão **inflação** elevada por mais tempo que os americanos. O próprio BCE prevê **inflação** de 6,3% para a região em 2023. O Fed estima 3,1% nos Estados Unidos.

No Japão, o Banco Central alterou modestamente sua estratégia de política monetária. Elevou a margem permitida de flutuação dos juros de dez anos, para 50 pontos.

O mercado, que trabalhava perto do topo da banda anterior, de 25 pontos, passou a operar próximo do novo topo. A taxa básica de juros ainda é ligeiramente negativa e a **inflação** cheia é de 3,8%.

Ação tão modesta nos faz concluir que os dirigentes do BoJ, por algum motivo, relutam em promover um ajuste efetivo de política. Talvez porque considerem elevado o peso dos choques na **inflação** japonesa. A parcela da **inflação** plena explicada por choques de alimentos e energia é de cerca de 63%. As autoridades talvez imaginem que tais choques logo se dissiparão, pois preveem 1,6% de **inflação** em 2023.

Por fim, no Brasil, o Banco Central já atingiu um patamar elevado de juros reais. Devidamente computados, os juros reais de política monetária

chegam a 8,4% ao ano, em média. Possivelmente por entenderem que tal dose seria suficiente para levar a **inflação** para a meta, os dirigentes do BC interromperam o ciclo de alta da Selic.

Nada garante, porém, que novas altas não serão necessárias. A tendência gastadora revelada pelo novo governo já mereceu uma advertência dos membros do Copom.

Estarão de olho nas consequências de eventual exagero na condução da política fiscal.

O governo eleito levou para o ministério representantes de diferentes correntes políticas. O número de ministros cresceu expressivamente.

Em 1985, Tancredo Neves buscou algo semelhante, reunindo no ministério representantes das chamadas forças democráticas. O número de ministros também cresceu. Em tese, o sistema estaria ancorado nas equipes ortodoxas da Fazenda e do Banco Central. Tal foi o quadro herdado pelo presidente Sarney.

Um ministério inflado costuma gerar pressões indiretas por gastos públicos adicionais. No governo Sarney, a âncora imaginada por Tancredo era frágil. As equipes da Fazenda e do BC pediram demissão quando perceberam que a política econômica seria bem diferente da que imaginavam correta. A falsa crença de que política fiscal expansionista gera crescimento econômico conflitava com a política de juros elevados adotada pelo BC.

Na situação atual, a âncora parece sólida. O BC tem autonomia.

Seus dirigentes não podem ser demitidos. Provavelmente procurarão se contrapor aos efeitos da expansão fiscal, mantendo sua política de juros. Pode-se prever, então, um novo cabo de guerra entre a administração federal e o BC, algo que dificultará a luta contra a **inflação** e trará inquietação.

José Júlio Senna é pesquisador do FGV/Ibre, consultor associado da MCM

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187422>

Bitcoin contraria entusiastas e inicia 2023 sem previsão de alta



Entusiastas das criptomoedas previam que o bitcoin, a maior e mais antiga das moedas digitais, quebrasse novos recordes e ultrapassasse US\$ 100 mil no ano passado, rumo a US\$ 1 milhão até 2030, caso da gestora Cathie Wood, da ARK Investments. A realidade de 2022, no entanto, foi uma desvalorização de 64%, a maior desde os 71% de 2018, que levou o bitcoin de volta a US\$ 16.540 e colocou o segmento digital como um todo no fim da fila da retomada, atrás dos demais ativos de risco das finanças tradicionais.

A derrocada dos criptoativos, que perderam mais de US\$ 2 trilhões em valor de mercado, ocorreu junto com a dos mercados de ações, que tiveram o pior desempenho desde a crise de 2008. O feito foi agravado por ataques de hackers, implosão do sistema Terra Luna e quebras em efeito dominó de Celsius, Voyager e do fundo Three Arrows, fundado por Su Zhu, numa espiral de desvalorização de ativos e garantias dos negócios.

O último golpe foi a implosão da FTX, então a segunda maior corretora centralizada do mundo, que colocou em xeque o apoio a startups de criptoativos que operavam no modelo de Wall Street.

Os projetos de criptoativos guardam uma análise de risco semelhante àquelas das empresas de tecnologia, as mais beneficiadas pelo juro baixo do período pandêmico - e agora as mais prejudicadas pela

escalada nas taxas, que derrubam a quase zero o chamado valor a presente de startups consideradas de alto potencial.

A isso somam-se ingredientes próprios da natureza do setor, como ataques cibernéticos, falta de regulação e controles falhos, como visto nos episódios de FTX e Terra Luna.

Nem mesmo o ether, moeda nativa da rede Ethereum e a segunda maior divisa digital, escapou do pessimismo, apesar de patrocinar um upgrade de software celebrado por reduzir em 99% o consumo de energia ao dispensar o uso de mineradores. No ano passado, o ether teve desvalorização de 68%, também a maior desde 2018.

O Ethereum é a maior blockchain em operação comercial e abriga mais de 2.500 projetos de finanças descentralizadas (DeFi), considerados de alto potencial para competir com os serviços financeiros tradicionais. Desde o upgrade em setembro, desabou de US\$ 1.982 para US\$ 1.200, evidenciando as dificuldades do setor.

Israel Buzaym, sócio da Bitypreço, considerou decepcionante o desempenho das criptomoedas num ano que tanto prometia.

"Ainda que os ciclos de mercado sejam parte do nosso dia a dia, e tenhamos aprendido a conviver com os altos e baixos, ver o preço do bitcoin fechar o ano com uma queda de quase 70% é chocante", disse.

Para 2023, analistas especializados em criptoativos seguem pessimistas, com atenções divididas em dois campos prioritários: macroeconômico, em meio a uma desaceleração global e juros elevados para conter a **inflação**; regulação de ativos digitais, movimento que poderá disciplinar as regras do jogo e dar segurança jurídica para investidores das finanças tradicionais se beneficiarem da tecnologia blockchain de "tokenização" de ativos.

Fernando Pereira, analista da Bitget, não acredita em mudança no nível de preço nos próximos dias. Para ele, a tendência principal é o retorno do bitcoin para a faixa de US\$ 15.500 no início do ano.

Ayron Ferreira, chefe de análise da Titanium Asset,

considera a regulação decisiva para o desempenho da indústria no próximo ano. Já o ambiente macroeconômico será o principal ponto de atenção, capaz de ampliar o apetite a risco.

"A regulação do setor cripto será um tema muito decisivo em 2023, sem dúvida. Em 2022 houve vários avanços. A Europa aprovou o texto do MiCA (Markets in Crypto-Assets), o Brasil aprovou o PL 4.401. A regulação pode segurar um pouco alguns pontos do setor, mas é necessária para o aumento da credibilidade da indústria", disse.

Axell Blikstad, sócio da BLP Crypto, destaca que a tecnologia blockchain e os principais projetos seguem sólidos, com perspectiva de expansão apesar dos contratemplos de 2022. "Todos esses problemas que tivemos foram gerados por intermediadores que fizeram bobagem, seja alavancagem em excesso ou pouco controle de risco. Mas os protocolos funcionaram perfeitamente.

Não é um problema da tecnologia, mas sim de intermediários que não fizeram um bom trabalho."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187422>

Criptos desabam em 2022

Em US\$

| Ano | Bitcoin | Ether |
|--------|-----------|----------|
| ■ 2016 | 963,4 | 8 |
| ■ 2017 | 13.850,40 | 736,77 |
| ■ 2018 | 4.039,70 | 131,9 |
| ■ 2019 | 7.196,40 | 129,21 |
| ■ 2020 | 28.949,40 | 735,94 |
| ■ 2021 | 46.219,50 | 3.677,85 |
| ■ 2022 | 16.539 | 1.194 |

Fonte: CoinGecko